

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
FACULDADE DE PSICOLOGIA**

RENATA LEATRIZ DE CAMPOS TEMPS

**Resistir x Desistir:
Um estudo sobre os atingidos por barragens
da Usina Mauá/PR**

**SÃO PAULO
2013**

RENATA LEATRIZ DE CAMPOS TEMPS

**Resistir x Desistir:
Um estudo sobre os atingidos por barragens
da Usina Mauá/PR**

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Área de Concentração: Núcleo de Trabalho e Ação Social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Odair Furtado.

SÃO PAULO

2013

Nome: TEMPS, Renata Leatriz de Campos.

Título: Resistir x Desistir: Um estudo sobre os atingidos por barragens da Usina Mauá/PR

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.
Orientador: Prof. Dr. Odair Furtado.

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Ao Marcelo e Arthur que sobreviveram a minha falta de vontade em preparar nossas refeições e por toda a ajuda nas tarefas de casa. Por entenderem que meu mau humor e minha ausência não eram de ordem pessoal e sim um momento meu. À Dini, cachorrinha fiel e companheira de várias tardes de estudo.

Meu eterno amor e gratidão a vocês que estiveram sempre ao meu lado dividindo todas as emoções, compartilhando e vivendo este projeto de vida.

Obrigada, amores da minha vida!

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos com a frase de Raul Seixas: “Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade”. Quero aqui deixar registrada a minha gratidão a todos e todas que fizeram parte deste sonho que hoje se torna realidade...

Às pessoas que aceitaram participar desta pesquisa, mas que, por motivos éticos, tiveram as suas identidades preservadas. Este trabalho é nosso!

À minha tia Terezinha que me hospedou em sua casa e cuidou do meu filho como se fosse seu. Sem este apoio jamais poderia ter ido a campo realizar a pesquisa.

Ao meu querido orientador, Odair Furtado, por ter me acolhido desde o primeiro dia em que conversamos, pela paciência, aprendizado, carinho e generosidade de sempre.

Ao NUTAS – Grupo de Pesquisa Trabalho e Ação Social –, local de estudos e aprendizagem, mas também lugar de encontros fraternos e festas deliciosas com Laís, Adriana, Graça, Elisa, Miriam, Renata, Lidiane, Daiane, Tatiane, Anelize, Cida, Flavia, Estevan, Vinicius, Eric, Felipe, Ilidio, Heli, Jean e André.

À Marlene, secretária do PPG, que nos orienta sempre que é preciso com as questões burocráticas do programa.

Aos amigos e colegas das disciplinas, pelos grandes encontros nos corredores, almoços, cafés, conversas e tudo o que o tempo de convivência nos permitiu viver.

Ao Bruno e Elisa, pelas leituras e contribuições riquíssimas, pelo colo, pelo ombro e pela amizade.

Ao Achilles que, apesar de não conhecer pessoalmente, foi de uma sensibilidade e bondade sem igual, pela leitura de um capítulo do meu trabalho e suas considerações.

À Laís e Graça, pelas atentas leituras de meus textos, pelas conversas animadas, pela irmandade e amizade de toda uma vida.

À Miriam, pela parceria, amizade e por me ensinar que seriedade e alegria são uma ótima combinação.

À Adriana Eiko que, antes do meu ingresso no mestrado, sentou-se comigo no CFP e leu meu projeto para bolsa, contribuindo imensamente para a sua realização e, agora, ao final deste processo, leu novamente parte da minha pesquisa, opinando e alentando-me mais uma vez.

Aos colegas do Grupo de Estudos do *Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar* (LIEPPE/USP) pela oportuna aprendizagem e desejo de construir um mundo melhor.

Aos amigos Barbosa e Clara, pela torcida e apoio ético. Obrigada pelo presente, vamos comemorar esta conquista em grande estilo.

Ao meu pai José Renato, pela educação e valores que carrego por toda a minha vida.

À minha mãe Marli, por fazer com que o conhecimento e a paixão pelos estudos fizessem parte de minha vida desde a infância.

Aos meus irmãos, Letícia e Laércio, cunhado, cunhada, sobrinhos, tios, tias, primos, primas e minha avó, por todo o apoio, uns mais próximos, outros mais distantes, mas sempre presentes em meus pensamentos.

À CAPES e CNPQ, pelo apoio concedido em forma de bolsa de estudos, sem o qual este trabalho não seria possível.

*Daquilo que eu sei
Nem tudo me deu clareza
Nem tudo foi permitido
Nem tudo me deu certeza...*

*Daquilo que eu sei
Nem tudo foi proibido
Nem tudo me foi possível
Nem tudo foi concebido...*

*Não fechei os olhos
Não tapei os ouvidos
Cheirei, toquei, provei
Ah Eu!
Usei todos os sentidos
Só não lavei as mãos
E é por isso que eu me sinto
Cada vez mais limpo!*

(Ivan Lins e Victor Martins, *Daquilo que sei*).

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de campo seguida de um levantamento teórico-bibliográfico, com o intuito de analisar a dialética resistência x desistência e suas implicações na vida dos atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Mauá. Para tanto, tem como principal objetivo apresentar o modo de funcionamento do processo de construção da Usina hidrelétrica de Mauá, os impactos gerados e como a população atingida decodifica todas as mudanças que ocorrem em suas vidas. Para tal compreensão do fenômeno estudado fez-se uso das categorias de análise do Materialismo Histórico Dialético. O processo investigativo baseou-se inicialmente no levantamento bibliográfico sobre o tema para, em seguida, focar a história de vida dos sujeitos envolvidos e, posteriormente, analisar os dados levantados. Este estudo permite afirmar que, enquanto a lógica capitalista mediar as relações existentes entre empresas e atingidos, há que se pensar e projetar modelos de desenvolvimento nos quais essas relações tornem-se mais humanas e menos desiguais.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência x Desistência; Psicologia Social; Atividade; Projetos de Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study consists in a field survey, followed by a bibliographical research, having the intention to examine the dialectical resistance x quit and its implication in the lives of those affected by construction of Mauá Hydroelectric Power Plant. Therefore, the main goal is to present the operation process of the construction of Mauá Hydroelectric Power Plant, the impacts and how the affected community understands all changes that have happened in their lives. This study has supported by the Categories of Analysis of Historical Materialism Dialectical. The research process was based on initially in the bibliographic searching on the subject, and after that focus on the live history of the involved people and subsequent analysis of the data. This dissertation allows alleging that while the capitalistic logic mediate the relationship between companies and affected there is the necessity to must think and project development models where these relationships become more human and less unequal.

KEYWORDS: Resistance x Quit; Social Psychology; Activity; Development Projects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Casa de D. Vitória e Sr. José (Telêmaco Borba/PR) _____ p. 70

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Perfil dos atingidos pela UHE Mauá _____ p. 39
- Quadro 2:** Resumo da desapropriação de áreas atingidas _____ p. 28
- Quadro 3:** Pré-Indicadores de análise dos dados _____ p. 59
- Quadro 4:** Indicadores de análise dos dados _____ p. 65
- Quadro 5:** Núcleos de Significação _____ p. 66

SIGLAS

CECS – Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

CMB – Comissão Mundial de Barragens

CPT – Comissão da Pastoral da Terra

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens

MP – Ministério Público

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A PRODUÇÃO DE HIDROELETRICIDADE E SEUS IMPACTOS	16
3. ESTIMATIVA DE POPULAÇÃO ATINGIDA POR PROJETOS HIDRELÉTRICOS	21
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE TELÊMACO BORBA	25
3.2. PROPRIEDADES ATINGIDAS	27
3.3. VÍNCULO DAS FAMÍLIAS COM A PROPRIEDADE	27
3.4. CONCEITO DE ATINGIDO	29
3.5. AS ARTIMANHAS DA SEDUÇÃO DO MERCADO GLOBAL	32
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	40
4.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE: BASE PARA O ENTENDIMENTO DA DIALÉTICA DESISTIR X RESISTIR	41
5. O MÉTODO E OS PROCEDIMENTOS	52
5.1. O MÉTODO DE PESQUISA: O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	52
5.2. QUESTÕES DE MÉTODO – PROCEDIMENTOS DE COLETA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	55
5.2.1. O CONTEXTO E OS SUJEITOS PARTICIPANTES	55
5.2.2. PROCEDIMENTOS	56
5.2.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	58
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO	65
6.1. A RELAÇÃO COM A TERRA E O RIO: ATIVIDADES DE UMA VIDA	70
6.2. JOGOS DE PODER: AS PROMESSAS E O ACORDO FEITO ENTRE A EMPRESA E OS ATINGIDOS	75
6.3. RESISTIR X DESISTIR	79
6.4. O QUE ESPERAR DO FUTURO	88
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
BIBLIOGRAFIA	95

1. INTRODUÇÃO

“Os homens do mundo mais pobre esqueceram por algum tempo que pertenciam a um mundo explorado”.

(Milton Santos)

O presente estudo procura contribuir para a discussão da dialética *resistência x desistência* e suas implicações na vida dos atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Mauá. Assume-se como foco a busca da compreensão, dos motivos e das vontades que movem a ação e o pensamento dos sujeitos envolvidos neste processo, tentando apreender os sentidos e significados dados por eles à luz de algumas categorias de análise que fazem parte deste estudo, tais como: atividade, consciência, ideologia, alienação, resistência e desistência.

Pretende-se compreender o modo de funcionamento do processo de construção da *Usina hidrelétrica de Mauá*, seus impactos gerados e como a população atingida decodifica todas as mudanças que ocorrem em suas vidas.

Percebe-se que existe uma ilusão quanto à implantação dessas grandes obras em pequenas cidades que mantinham uma estrutura social que seguia seu curso sem maiores mudanças. As empresas chegam às cidades acenando vantagens por meio do discurso retórico do desenvolvimento em que se enfatizam as vantagens, o crescimento, a geração de empregos e o dinheiro que passará a circular na cidade, impulsionando assim, o seu desenvolvimento e o comércio.

A construção da hidrelétrica deflagrou essa situação perversa, no qual o Estado consegue consolidar seu poder hegemônico sobre aquele determinado território à serviço do avanço e expansão do capital.

Os atingidos por esse processo sequer são citados e quando mencionados, o discurso é desqualificador de sua importância, desconsiderando o seu modo de vida, compreendido como algo precário, ruim e justificando-se pelas boas indenizações, com as quais poderão melhorar de vida. Essa ideia é imediatamente aceita por toda a população, que passa a ver as pessoas atingidas como entraves para o desenvolvimento da cidade.

Os atingidos deixam de ter voz e ação, ficando rendidos ao discurso e passam a ter dúvidas se, de fato, não estão atrapalhando algo que parece ser bom para a cidade de maneira geral.

São muitos os sofrimentos relatados pelos atingidos: a perda de seu território, de sua vida e sua história, revertidos em alguns *mil reais* que mal dão para comprar uma nova casa, levando-os a passar por um processo de *favelização* – se antes viviam da agricultura de subsistência e da pesca, agora dependerão exclusivamente do dinheiro para sobreviver.

Durante a pesquisa de campo – nas entrevistas e nas visitas informais às famílias atingidas –, foi identificada a maneira como se relacionavam com o espaço em que viviam. A memória sobre este território, de acordo com as narrativas, divide-se em antes e depois: como era viver daquele modo e como a vida está hoje. Essas narrativas aparecem permeadas de significados de um modo de vida que se perdeu e mostra a relação sujeito/espaço como algo que não se poderia separar.

Os atingidos (pescadores, agricultores, apicultores e garimpeiros), cada qual ao seu modo, sofreram uma forte interferência no seu devir, seja perdendo suas terras ou a sua atividade profissional.

O trabalho aqui apresentado tem por prioridade ressaltar momentos principais do processo de instalação da empresa na região, a partir de uma análise que trate dos fatos e do modo como eles foram tecidos com as suas artimanhas de sedução, na tentativa de desmobilizar e impedir grupos de resistência, objetivo alcançado com louvor pela empresa concessionária.

Tentaremos mostrar que tais práticas são históricas e fazem parte da dinâmica de instalação destes projetos, pois são frutos de uma cultura política marcada por um sistema econômico nacional e internacional e é na inter-relação entre esta conjuntura política e econômica que o problema social se instala.

Fazer este percurso de pesquisa, resgatando a memória dos sujeitos participantes, ouvir suas histórias e envolver-se nelas mostrou-se um exercício delicado e até mesmo doloroso, porque tocar neste assunto causava dor: as coisas estavam acontecendo ali, naquele instante e traziam, inevitavelmente, emoção, lágrimas e silêncio.

2. A PRODUÇÃO DE HIDROELETRICIDADE E SEUS IMPACTOS

A energia hidrelétrica consolidou-se como matriz energética do Brasil devido à grande disponibilidade hídrica, bem como pela atratividade através de incentivos fiscais para tais empreendimentos e, conseqüentemente, para a expansão da economia nos moldes do modelo vigente no país. Para que o país tenha energia suficiente para atender à sua demanda produtiva, o governo federal criou o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) e pretende, com ele, construir 62 hidrelétricas, 02 usinas termoelétricas e 55 pequenas centrais elétricas, bem como 48 novas usinas eólicas e 8 usinas de biomassa. Caso estes projetos sejam implantados, o País terá uma ampliação da capacidade de geração de energia em cerca de 12.400 MW até 2010 e em mais de 27.500 MW após 2010 (VERDUM, 2007).

Para a implantação desse modelo de desenvolvimento, as obras de infraestrutura promoveram, ao longo das duas últimas décadas, a inundação de vastas extensões do território nacional e o deslocamento compulsório de milhares de habitantes. Foram alagados 23.847 km² e retiradas dos locais onde viviam e produziam mais de 200 mil pessoas, em sua maioria, trabalhadores rurais (SIGAUD, 2012).

A matriz energética brasileira está calcada, principalmente, nos derivados de petróleo (38,4%), seguido da hidroeletricidade (15%), cana de açúcar (13,9%), madeira e outras biomassas (13,1%). O gás natural alcança o percentual de 9,3% e o carvão mineral de 6,4%. Além disso, cerca de 45% da matriz energética brasileira deriva de fontes renováveis. A fonte hidráulica para a geração de energia elétrica é considerada a principal vantagem competitiva do Brasil, com grande potencial de expansão. A hidroenergia contribui hoje com 85,4% da energia elétrica produzida no Brasil e tem um potencial estimado a gerar 260 GW. Desse potencial estimado, segundo dados oficiais do *Ministério das Minas e Energia*, só são aproveitados hoje cerca de 28% (VERDUM, 2007).

De acordo com o *Programa de Aceleração do Crescimento* do Governo Federal que, no intuito de promover o desenvolvimento econômico do nosso País, lançou projetos nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, o governo pretende aplicar em quatro anos um total de investimentos em infraestrutura da ordem de R\$503,9 bilhões nas áreas mencionadas.

Estes programas acontecem por meio de parcerias entre o setor público e o investidor privado, somadas a uma articulação constante entre os entes federativos (estados e municípios) (PAC, 2010).

As obras que são contempladas no PAC são a construção do gasoduto Manaus - Urucu - Porto Velho; a construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio e da hidrovia do Alto Rio Madeira (RO); a expansão do agronegócio da soja na Amazônia; a realização da transposição do Rio São Francisco; a construção da ferrovia Transnordestina (NE); a conexão e expansão na Região Sudeste e em direção à região Nordeste, entre outros empreendimentos e obras com o objetivo de facilitar o acesso e o fluxo de recursos naturais e energéticos inter-regionais e para os mercados internacionais (VERDUM, 2007).

Porém, pouco se fala dos atingidos que, via de regra, são populações ribeirinhas que vivem da terra e do rio e que serão diretamente atingidas com as obras mencionadas.

O caso mais comentado na atualidade é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que será construída no Rio Xingu, no Estado do Pará. Sua potência instalada será de 11.233 MW, que fará dela a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira, visto que a Usina Hidrelétrica de Itaipu está localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai.

O discurso em torno destes projetos de desenvolvimento de infraestrutura, é de que o País estaria buscando um plano de desenvolvimento econômico e social atrelado a um programa de distribuição de renda e geração de emprego, que seriam responsáveis pela diminuição da pobreza e maior acesso ao mercado formal de trabalho. Mas, na verdade, todos os projetos citados estão vinculados às formas de produção capitalista, que faz parte de um sistema econômico caracterizado pela produção e reprodução ampliada de capital. Um sistema que está a serviço de uma classe hegemônica, mais precisamente ligada às grandes corporações empresariais e financeiras, que buscam a ampliação e expansão do sistema capitalista com abrangência mundial.

Muitos são os danos causados por empreendimentos deste porte. Eles não ficam apenas na questão ambiental, mas atingem, principalmente e diretamente, dezenas de famílias que têm os seus direitos à moradia e ao trabalho *roubados*, pois têm que mudar todo o seu modo de vida para que tais obras sejam feitas.

Através de estudos realizados por Vainer (2008) sobre as transformações havidas no setor elétrico brasileiro ao longo dos 25 anos, é observado que, mesmo com todos os esforços dos movimentos sociais, entidades ligadas à igreja como a Pastoral da Terra, ambientalistas e outros no intuito de que o setor elétrico incorporasse questões sociais e ambientais à sua agenda, ainda hoje,

[...] rios, populações e regiões inteiras são entregues a um punhado de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, do setor minero-metalúrgico-energético, em nome de um desenvolvimento cujos custos e benefícios não têm sido adequadamente medidos, como, muito menos ainda, a forma como eles se distribuem (VAINER, 2008, p. 08).

Os projetos de desenvolvimento são justificados pelo desenvolvimento nacional e são decididos em função de critérios e estratégias complexas, distanciadas das lógicas que presidem o cotidiano local. Não se tem projetos ou políticas públicas que tratem do assunto, isso porque os projetos ditos de desenvolvimento, aqui entendidos como algo que deveria ser amplamente avaliado junto aos poderes públicos e econômico, sejam eles de cunho nacional, regional e/ou local. Nesse sentido, o Estado precisa se fazer presente enquanto política pública e criar leis em favor dessa população que é diretamente impactada. O cenário que está posto aponta para visões desconectadas da realidade e com programas que se objetivam assistencialistas e clientelistas.

Ao que parece, estamos revivendo o tempo das velhas práticas, agora maquiadas com outros matizes, do modelo de desenvolvimento, no qual as grandes obras de infraestrutura são a mola propulsora do crescimento e progresso do nosso país, nos levando à expansão de fronteiras, à políticas econômicas de mercado mais competitivas e de expansão do capitalismo (privado e estatal) para regiões que até o momento viviam com seu modo de vida preservados. E o resultado que se vê desta expansão do capital é a deterioração ou até mesmo a extinção de modos de vida, gerando assim, sofrimento e exclusão por conta da ocupação e exploração de territórios que, no passado, foram objeto de projetos de desenvolvimento ou modernização de processos produtivos.

A construção de barragens teve seu início no Brasil há cerca de 120 anos e o seu uso era para o armazenamento de água para a diminuição da seca no nordeste e o controle de enchentes, passando somente então, a ser utilizada para a geração e produção de energia (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010).

De acordo com a *Comissão Mundial de Barragens* (CMB), no mundo hoje se encontram 800 mil barragens, 45 mil delas consideradas de grande porte (mais de 15 metros acima do leito natural do rio). Estima-se que atualmente estão sendo construídas cerca de 1.700 barragens em um negócio que movimenta aproximadamente 50 bilhões de dólares por ano. Até os anos 70, pouco se falava sobre os impactos da construção de barragens, pois a bandeira do progresso e do desenvolvimento mascaravam os impactos que tais obras causavam ao meio ambiente e às populações atingidas. A partir dos anos 80 é que se começou a perceber movimentos que se diziam contrários à construção de barragens. Neste período foi criada a *Comissão Mundial de Barragens* (CMB), em 1988, durante o encontro sobre o tema, patrocinado pelo *Banco Mundial* e *União pela Conservação Mundial* (IUCN).

De acordo com a *Comissão Mundial de Barragens* (CMB),

[...] entre as décadas de 1930 e 1970, a construção de grandes barragens tornou-se, na opinião de muitos, sinônimo de desenvolvimento e progresso econômico. Vistas como símbolo de modernização e da capacidade de a humanidade controlar e utilizar recursos naturais houve um aumento dramático na construção de barragens. Essa tendência atingiu o auge nos anos 70, quando em média duas ou três novas grandes barragens eram comissionadas no mundo a cada dia [...]. Os cinco países onde mais se construíram barragens são responsáveis por mais de três quartos de todas as grandes barragens em todo mundo (China, 46%; Estados Unidos, 14%; Índia, 9%; Japão, 6%; Espanha, 3%), sendo que cerca de dois terços de todas as grandes barragens do mundo estão localizadas em países em desenvolvimento (apud BENINCÁ, 2010, p. 24).

O progresso é bandeira erguida historicamente e ela vem acompanhada de questões importantes que deveriam ser pensadas e trabalhadas em favor da sociedade. Sempre que se fala em progresso se pensa em desenvolvimento, “[...] desenvolvimento entendido como o crescimento econômico, tecnológico, urbano e a internacionalização da lógica da acumulação e da produção capitalista em todas as esferas da vida social” (SCOTTO et al, 2007, p. 16).

Na verdade, o termo desenvolvimento, nas palavras de Liszt Vieira (2005),

[...] está voltado para o crescimento econômico e promoção do progresso social e para melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades, pelo menos estes eram os preceitos das teorias do século XX, porém tais teorias não foram confirmadas pela história. O que a história tem nos mostrado é que com o desenvolvimento as desigualdades se perpetuam e na maioria das vezes aumentam, pois para a instalação de grandes projetos de desenvolvimento, é necessário que se retirem famílias, comunidades inteiras do campo, ou da cidade, aumentando a exclusão social e a perda da atividade (trabalho), por exemplo (p. 217).

Contudo, é fato que a matriz energética do país deverá continuar crescendo e usando como principal fonte os recursos hídricos, tendo como base o *Plano Nacional de Energia 2030*, que está sendo formulado pela *Empresa de Pesquisa Energética* (EPE), ligada ao *Ministério de Minas e Energia*. A capacidade instalada de 68.600 MW, no ano de 2005, deverá crescer para 156.300 MW em 2030. Na década de 2020, todavia, os aproveitamentos hidrelétricos possíveis estarão quase que esgotados, razão da implantação de alternativas de energia, entre elas a energia nuclear¹.

Parte dessa energia, aproximadamente 20%, é destinada a grandes indústrias, tais como celulose, alumínio, ferro, aço entre outras, e os grandes supermercados (shoppings), oferecendo a estes, energia subsidiada.

Para o professor Sevá (2008),

[...] o processo de produção de energia começa pelos canteiros de obras que desviam o rio e erigem o “paredão”, trancando-o, segue pela instalação de máquinas turbo – geradoras que engolem vazões de água represada, e também pela instalação de usinas geradoras de outro tipo, as termelétricas; finaliza com a construção de linhas de transmissão desta eletricidade até os denominados centros de carga, onde, por meio de subestações elétricas e de linhas de distribuição e transformadores, são conectados os consumidores finais. Tais ciclos de ampliação econômica acontecem localmente, em simultâneo, e regionalmente, uns após os outros, e assim a eletrificação vai se expandindo geograficamente, concretizando o chamado “aproveitamento” de vários rios, e construindo redes extensas de cabos conectando várias usinas, atendendo consumidores finais em várias cidades e regiões inteiras que estão ligadas nas mesmas malhas do sistema elétrico. O qual, no caso brasileiro, cobre dois terços da área territorial do país, responde por mais de 90% de todo o consumo nacional, e é garantido em termos energéticos pelas hidrelétricas (p. 44).

¹ In: http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_2.pdf

Os projetos do setor elétrico são resultado de iniciativas que englobam aspectos econômicos, políticos, sociocultural, técnico e ecológico relacionados em um emaranhado de interesses entre capital e mão de obra. Em consequência, produzem mudanças que extrapolam os aspectos econômicos e técnicos, mudam toda configuração das cidades, pois com as obras, há um processo migratório de trabalhadores vindos de outros estados que lotam os locais de assistência à saúde, educação e assistência social, sem contar a prostituição que, via de regra, acompanha os mega-projetos, e estas são realidades que fazem parte deste contexto.

Para alguns autores, a construção de barragens – enquanto expansão do capital – pode ser configurada como um processo de colonização moderno. Para os ribeirinhos, *eles* – forma como os atingidos se referem ao consórcio e às empresas responsáveis pelas obras – chegam na região e anunciam a construção da barragem, soando como o antigo colonizador que chegava em territórios até então *descobertos* e se apropriava de enormes regiões, obrigando seus habitantes a trabalhar para ele. Só que nos dias atuais esse processo acontece no momento onde tudo que o capitalista toca se transforma em mercadoria e, neste estudo, a principal mercadoria é a *água*, denunciando a contradição sob o uso dos recursos naturais: se aos olhos do capital a água/rio é mercadoria, aos olhos dos ribeirinhos ela é fonte inesgotável de alimento e sobrevivência, pois é dos rios que tiram o peixe, que muitas vezes utilizam dessa mesma água para cozinhar e banharem-se, dependendo da região e quão remoto for o lugar onde vivem. Esses espaços também são lugares de convivência, de troca e encontros, muito longe dessa concepção de lucro e mercado que as usinas trazem consigo.

3. ESTIMATIVA DE POPULAÇÃO ATINGIDA POR PROJETOS HIDRELÉTRICOS

Os impactos sociais e ambientais causados pela construção de hidrelétricas e, conseqüentemente, suas barragens e lagos, são percebidos pelas comunidades que são atingidas de forma direta e concretamente. Eles acontecem por meio do alagamento de suas propriedades, casas, áreas produtivas e até alagamento de cidades inteiras, sem se considerar os impactos que não são contabilizados pelas empresas construtoras no que tange à indenizações e acordos mitigatórios, que são

as perdas de laços comunitários, separação de comunidades e famílias, destruição de igrejas, capelas e inundação de locais sagrados para comunidades indígenas e tradicionais².

No Brasil, o número de pessoas deslocadas por causa de empreendimentos hidrelétricos tem sido muito expressivo, notadamente durante as décadas de 1970 e 1980. Estudos foram feitos e, em 1982, o *Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico* (COMASE) e as *Centrais Elétricas Brasileiras S.A.* (ELETROBRÁS) lançaram o *II Plano Diretor de Meio Ambiente* (II PDMA, 1982), contendo diretrizes para o remanejamento de grupos populacionais que visavam proporcionar um parâmetro de atuação para as empresas do setor na implantação das usinas projetadas (NUTTI, 2007 apud VERDUM, 2007, p. 58).

Depois de alguns anos, quando da publicação do II PDMA (documento que pode ser considerado a *política socioambiental* do setor elétrico brasileiro, pois foi através deste estudo que se pensou em premissas básicas que serviram de orientação para as empresas responsáveis por tais projetos), o setor vem tentando se estruturar e mudanças acontecem a todo instante. Uma das grandes mudanças ocorridas desde então foi o processo de privatização que o setor passou e vem passando, no qual o governo deu concessão às empresas privadas para cuidar da distribuição e geração de energia elétrica e o compromisso de realizar novos investimentos na área (Idem, p. 59).

Grande parte da energia elétrica consumida no Brasil vem de fonte hidráulica (71%). O avanço no setor e o desejo de continuar aproveitando os recursos naturais que nosso país tem para seguir desenvolvendo a hidroeletricidade foram alavancados no governo do então presidente, Luis Inácio Lula da Silva, sendo uma de suas iniciativas a retomada do planejamento sistemático da expansão, cujo crescimento deverá ocorrer entre dez e trinta anos.

Foi também nesta época que o governo começou a pensar em formas de tratamento dos grupos sociais, tais como acordos e auditorias sociais, fundos e planos de desenvolvimento que poderiam contribuir para o debate dos impactos sociais causados com a construção de barragens. Porém, essas iniciativas ainda não dão conta da dimensão desses projetos, pois foram pensadas, mas não institucionalizadas e permanecem sem atualização. O deslocamento populacional

² In: maternatura.org, 2010.

compulsório permanece sendo feito sem diretrizes que deem conta de sua problemática e essas medidas se mostram insuficientes, deixando a maior parte das soluções para o âmbito das negociações individualizadas (projeto a projeto), não apresentando leis ou políticas públicas que tratem especificamente do assunto (ibidem, p. 62).

A pergunta que fica é: se essas pessoas que são deslocadas forçosamente merecem a atenção devida, por se tratar das franjas da sociedade, poderão um dia fazer parte de propostas de políticas públicas? Será que em algum dia, algum governo pensará na revisão da legislação atual para minimizar os impactos decorrentes deste setor de hidroeletricidade?

Ninguém sabe dizer, com precisão, quantas pessoas foram deslocadas até hoje por barragens. Não há estudos censitários ou pesquisas quantitativas que informem o número dos atingidos, levando-nos à conclusão que, de fato, esses números parecem não interessar.

As perdas materiais de vida são o que normalmente contam para as empresas concessionárias, como por exemplo, casas, igrejas, clubes, escolas, comércios etc. As perdas imateriais, quase ou nunca são consideradas, pois não são concretas. A perda de laços de amizade, de vínculos com a comunidade da qual faziam parte não entram no rol da discussão. É isso o que acontece com as pessoas que, ao serem obrigadas a saírem de sua localidade, perdem vizinhos, o contato com amigos de infância e parentes. A tristeza provocada por esta situação, o sentimento de não pertencimento, o processo de desterritorialização vivido por essas pessoas não está presente nas discussões dos impactos causados por tais empreendimentos.

Ao serem deslocadas do seu lugar de origem, as pessoas atingidas por barragens têm que começar a vida novamente. Ao receberem o dinheiro da indenização, elas têm que procurar terrenos para o novo local de moradia, construir novas casas. Com isso, vem também a busca pela reinserção em outra comunidade com a matrícula para os filhos e netos nas escolas, a inserção em uma nova paróquia ou templo, a constituição de novos amigos e vizinhos... Em resumo, elas têm que reconstruir tudo novamente e com recursos financeiros escassos.

Não se encontram registros oficiais, internamente ao setor de energia elétrica, do total da população atingida por empreendimentos hidrelétricos (deslocada,

indenizada, reassentada ou em qualquer categoria de tratamento que for realizada a pesquisa), seja historicamente, por período ou ainda por região (Ibid., p. 63).

No dia 26 de outubro de 2010, o presidente Lula assinou o decreto que estabelece critérios de cadastro socioeconômico às pessoas atingidas pelas barragens em todo o país. O objetivo desse decreto é criar um instrumento de identificação e qualificação das pessoas atingidas nas áreas das barragens. Até então não havia uma legislação específica que assegurasse os direitos da população atingida por barragens, tampouco um órgão público encarregado de realizar as indenizações e reassentamentos. A definição de quem é considerado atingido e a forma de indenização eram decisões tomadas pelas empresas construtoras. Com o decreto, um comitê interministerial – formado por representantes dos *Ministérios de Minas e Energia, Pesca e Aquicultura e Meio Ambiente* e pela *Secretaria Geral da Presidência* – passa a fiscalizar o cumprimento do cadastramento (MABNACIONAL, 2010).

Porém, no dia 1º de junho de 2012, o decreto assinado pelo presidente Lula foi modificado, de acordo com a *Portaria Interministerial* e o cadastro dos atingidos passou a ser terceirizado às empresas privadas. Dessa forma, as empresas responsáveis pelo cadastro são as mesmas donas das barragens. O MAB defendia que o cadastro fosse feito pelo Estado, como o próprio decreto estabelecia, como maneira de evitar distorções, uma vez que as empresas, na lógica do lucro, têm interesses contrários à garantia dos direitos dos atingidos (MABNACIONAL, 2012).

Diante desta problemática, observa-se a isenção do Estado em seu papel de garantir direitos aos cidadãos, não tratando com seriedade a importância de políticas públicas às populações atingidas e repetindo os erros dos últimos 30 anos do setor elétrico.

Além disso, a regulamentação alterou o prazo de elaboração do cadastro, que passou a ser feito, preferencialmente, antes da concessão da licença prévia, mas também durante a construção ou, até mesmo, momentos antes de fechar o lago da usina. Isso significa reproduzir o que já vem sendo feito pelas empresas do setor elétrico, ou seja, termina-se a construção da barragem e não se sabe quantas pessoas e famílias são atingidas, como mostram os casos recentes das usinas de

Santo Antônio e Jirau, na Rondônia ou de Estreito, em Tocantins (MABNACIONAL, 2012).

Todavia, a cada novo projeto, a cada rio e bacia alagados, as regiões, as culturas, os valores, as atividades econômicas e os modos de vida, as formas de mobilização e luta são diferentes, possuem sua identidade, seus modos de vida. Por isso, os efeitos sociais das barragens podem variar muito de um lugar para outro. Por isso a importância de apresentar estudos consistentes que retratem a realidade e os principais impactos sociais, econômicos e culturais que costumam acontecer.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE TELÊMACO BORBA

A cidade de Telêmaco Borba possui uma população estimada em 69.878 habitantes (IBGE/2010). É um município empreendedor, conhecido como *Capital do Papel e da Madeira*, contendo o sexto maior polo industrial do Paraná e considerado centro de referência nacional no setor madeireiro. O IDH avaliado no período de 1991-2000 registrou o índice de 0,767, encontrando-se abaixo da média estadual (0,787), mas acompanhando a média brasileira que é de 0,766 (PNUD, 2010).

A escolha deste município para realizar a presente pesquisa aconteceu pelo fato deste já possuir um polo industrial desenvolvido, tendo a indústria de papel Klabin como seu carro-chefe e esta já possuir a própria subestação que gera energia suficiente para dar conta de sua produção.

Portanto, um primeiro questionamento que se faz é se de fato esta energia vai ficar na cidade ou se vai para quem vive no campo ou para as pessoas nas cidades vizinhas. Dentro deste plano desenvolvimentista de expansão da capacidade energética que assistimos por todo o País, as comunidades ribeirinhas serão fortemente impactadas sob a desculpa de que o crescimento será sustentável e controlado. Contudo, qual é a necessidade genuína desta produção de energia, que visa predominantemente o aumento na produção de capital que dentro da visão desenvolvimentista deve estar sempre em expansão, sem levar em consideração a sua real necessidade para a vida humana?

A Usina Hidrelétrica Mauá será capaz de atender ao consumo de 1 milhão de pessoas. A sua barragem está sendo construída no rio Tibagi, entre os municípios paranaenses de Telêmaco Borba e Ortigueira, localizada na região do Salto Mauá. A casa de força ficará na margem direita do Tibagi, no município de Telêmaco Borba,

próxima à foz do Ribeirão das Antas, no local conhecido como Poço Preto (USINA MAUA, 2010).

O crescimento econômico brasileiro é determinante para que haja um aumento considerável de construção de barragens no país. Um dos problemas recorrentes na construção de barragens é a ocupação de vasta área territorial que geralmente produz deslocamento humano.

De acordo com os dados do IPEA (2010), o Brasil vem apresentando uma diminuição nos níveis de pobreza no País (4,8%). Este cenário está relacionado à elevação do valor real do salário mínimo (7,1%) e à existência de projetos sociais que formam uma rede de garantia de renda aos pobres. Concomitante a isso, assistimos também ao aumento nos anos de escolarização da população (3,8%) e a redução nas taxas nacionais de desemprego (5,2%) (POCHMANN, 2010).

Apesar dos números demonstrarem uma diminuição da pobreza no nosso país, temos que nos atentar para alguns dados que colocam o Brasil com o terceiro pior índice de desigualdade no mundo e, apesar dos investimentos na área social nos últimos dez anos, ainda apresentamos uma baixa mobilidade social e educacional entre gerações.

Conforme dados do PNUD (2010) no Brasil, 8,5% da população vivem em pobreza multidimensional, e 13,1% estão em risco de entrar nessa condição. O país registra também 20,2% dos habitantes com, ao menos, uma grave privação em educação, 5,2% em saúde e 2,8% em padrão de vida. De acordo com os critérios internacionais de pobreza, entre os que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia encontram-se 5,2% do total populacional (PNUD, 2010).

Os dados estão no primeiro relatório do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) sobre a América Latina e Caribe. As disparidades da nossa renda *per capita*, que se revela como uma das mais desiguais do mundo, faz do Brasil um país com muitos pobres e miseráveis. O índice brasileiro é de 0,699, inferior até mesmo à média da América Latina e do Caribe, que é de 0,704. Quando o fator desigualdade é levado em conta, o país perde 15 posições no ranking do IDH (PNUD, 2010).

3.2. PROPRIEDADES ATINGIDAS

O empreendimento da UHE Mauá atingirá um total de 235 propriedades, sendo 195 na margem esquerda, 02 na margem direita e 38 ilhas no trecho a ser alagado, totalizando uma área atingida de 4.761,91 alqueires, considerando-se reservatório e área de preservação permanente (CONSÓRCIO CRUZEIRO DO SUL, 2009).

3.3. VÍNCULO DAS FAMÍLIAS COM A PROPRIEDADE

O *Consórcio Cruzeiro do Sul* realizou um estudo na região, a fim de que pudesse apresentar um relatório socioeconômico apontando o perfil dos atingidos pela construção da UHE Mauá. Cabe ressaltar que neste estudo não estão incluídos as atividades de pescadores e mineradores que se encontram em fase de discussão no âmbito do *Grupo de Estudo Multidisciplinar – GEM-MAUÁ* (CONSÓRCIO CRUZEIRO DO SUL, 2009). A partir desse relatório é que foram iniciadas as negociações com os atingidos.

Quanto ao vínculo das famílias com as propriedades, foi possível determinar que 436 famílias estejam ou se utilizam da área a ser atingida pelo reservatório e APP, conforme tabela 1:

Tabela 1: Perfil dos atingidos pela UHE Mauá

Vínculo	Quantidade
Proprietário	203
Arrendatário	85
Empregado	76
Agregado	23
Posseiro	03
Personalidade Jurídica	10
Ilhéus	36
Total	436

Fonte: Relatório do Censo Socioeconômico feito pela empresa *Consórcio Cruzeiro do Sul*.
Disponível em: [www.usinamaua](http://www.usinamaua.com.br)

No que diz respeito à comprovação documental das terras, ficou identificado que das 235 propriedades, 115 delas tratam-se de propriedades e 82 de posse. Além dessas, as 38 ilhas foram tratadas também como posse.

A partir dessas informações, o CECS, por meio de sua equipe de campo, realizou entrevistas, visitas, reuniões e ao final juntou documentação visando comprovar o vínculo, atividade principal e renda relevante dos atingidos cadastrados nas propriedades a serem atingidas e após, aplicando-se os critérios preconizados no *Termo de Acordo com os Atingidos pela UHE Mauá* firmado com os atingidos por meio da *Associação Mauá*, o Consórcio definiu o público com direito a reassentamento em número de 110 (cento e dez) famílias, sendo 72 (setenta e duas) famílias de proprietários/posseiros e 38 (trinta e oito) famílias de arrendatários.

Tabela 2: Resumo da desapropriação de áreas atingidas

Número de Propriedades		
Total	Negociadas e Indenizadas	Depósito Judicial da Indenização
237 (100%)	227 (95,8%)	10 (4,2%)

Fonte: Relatório do Censo Socioeconômico feito pela empresa *Consórcio Cruzeiro do Sul*.
Disponível em: www.usinamaua.com.br

O *Ministério Público* tem acompanhado todo o processo dos atingidos pela UHE Mauá. Em 01/09/2009 estabeleceu um *Termo de Acordo para Indenização aos Atingidos da Usina Hidrelétrica Mauá*, firmado entre o *Consórcio Energético Cruzeiro do Sul* (CECS), por suas consorciadas *Copel* e *Eletrosul*, a *Associação Salto Mauá* (Associação dos Atingidos por Barragem no Rio Tibagi) e aderentes individuais ao acordo (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2010).

O Ministério Público e a Defensoria Pública realizaram nos dias 15,16 e 17 de julho de 2010 uma espécie de *mutirão* de atendimento aos atingidos nos municípios paranaenses de Ortigueira e Telêmaco Borba. Na ocasião, foram ouvidos todos aqueles que se sentiam prejudicados ou tinham dúvidas a respeito de seus direitos e interesses, frente ao referido *Termo de Acordo*. Nessa primeira etapa do mutirão, foram colhidas 80 (oitenta) declarações, versando, dentre outros pontos, sobre o direito ao reassentamento e os critérios utilizados para tanto; o valor das indenizações pagas; atrasos nesses pagamentos e seus consectários (multa, juros e correção), falhas na identificação/cadastramento dos atingidos dentre outros.

Após esse mutirão, foi solicitado um *Aditivo ao Termo de Acordo para Indenização aos Atingidos da UHE Mauá* – firmado entre o CECS, Associação Salto Mauá, MPF e DPU –, destinado a reassentar empregados e ilhéus que, em função da usina, perderam o emprego, moradia e área de plantio ou pecuária (*realocação especial*).

O saldo do mutirão resultou nas seguintes reivindicações: indenização (101 pedidos); reassentamento (87 pedidos); multa, juros e correção monetária (28 pedidos); realocação especial (19 pedidos); verba de manutenção temporária (07 pedidos); outros (60 pedidos) (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2010).

3.4. CONCEITO DE ATINGIDO

O conceito de atingido por barragens foi sendo construído socialmente e vem se modificando ao longo dos tempos e em diferentes espaços. A participação dos atingidos, enquanto atores sociais nesse processo, traz à tona novas discussões do que vem a ser o termo *atingido por barragem*. Através da mudança de suas realidades, os atingidos vão se transformando e, com isso, o conceito de atingido também vai se modificando, ou seja, se reestruturando.

No momento em que a empresa responsável pelo empreendimento hidrelétrico inicia o planejamento da obra, ela já começa a delinear quem serão os atingidos dentro de um conceito pré-estabelecido. Esses conceitos variam de uma empresa para outra, sendo que algumas buscam integrar a população e o MAB, visando um planejamento mais participativo. Porém, em alguns casos, o MAB não consegue se fazer presente. Segundo o relato de um militante do movimento, eles não conseguem participar de todas as obras por falta de recursos financeiros e pessoas para auxiliar. Contudo, a maioria das empresas já tem, de antemão, o entendimento de atingido e busca implementar este conceito no local em que atuará.

O conceito de atingido nunca está definido, pois sempre há conflito entre os atingidos e os responsáveis pelo empreendimento. A definição de atingido está diretamente ligada à área e à pessoa impactada pelo empreendimento, e, com isso, passa-se a demarcar o território de luta entre os que vão reivindicar direitos e as empresas que tentarão desqualificar esses direitos. O poder de organização dos atingidos e a ação do MAB em cada barragem é um dos principais indicadores da abrangência que o conceito de atingido terá no local.

Vainer (2005) fez um estudo sobre o conceito de atingido e notou que este foi sendo construído ao longo dos anos tanto pelo setor elétrico, como por órgãos de financiamento, meio acadêmico e outros, apontando um determinado reconhecimento de demandas feitas pelos atingidos, porém, na prática, nem sempre aplicado.

As empresas empreendedoras, como a MME, Eletrobrás e suas subsidiárias dentre outras, foram as primeiras a formularem um conceito de atingido, quando do início dos primeiros projetos hidrelétricos, voltando-o para uma *concepção territorial-patrimonialista*, no qual o empreendedor, com a sua visão de mercado, definiu o atingido como o proprietário da terra (e, para tanto, este deverá ter a documentação sobre a mesma). A área de abrangência do empreendimento passa a ser entendida como de interesse público e o responsável pela obra tem meios de fazer a desocupação da mesma, devendo indenizar quem se encontra com documentação legalizada perante as exigências do Estado.

Os problemas sociais e ambientais não entram nesse momento da discussão, focada no procedimento que se dará às indenizações ligadas à questão patrimonial e fundiária, normalmente, de responsabilidade do *Departamento de Patrimônio Imobiliário* da empresa. O que está em jogo é o direito de propriedade, tanto dos impactados como de quem recebe a autorização para implantar o empreendimento. Sendo assim, o conceito de atingido não tem nenhum viés social e a empresa fica no direito de dar andamento ao processo de desapropriação. A população, assim como a fauna e a flora, é vista como obstáculo a ser removido.

Uma segunda conceituação, também pensada pelo empreendedor, visa levar em conta algumas demandas colocadas pelos atingidos. Conhecida como *concepção hídrica*, esta conceituação determina que atingido é aquele que se encontra na área a ser inundada, abarcando tanto proprietários como não proprietários (parceiros, meeiros, ocupantes etc.) que serão obrigados a migrar em função do empreendimento. Esta concepção aparece como uma pequena ampliação da abordagem territorial-patrimonialista, mas continua a desconsiderar os impactos do empreendimento nas populações que são forçadas a migrar devido à formação do reservatório. Aqui também se destaca a visão do empreendedor que fica limitada apenas ao impacto econômico, não se considerando as mudanças ambientais, políticas, sociais, psicológicas e culturais que ocorrerão (FOSCHIERA, 2009).

Vainer (2005) aponta ainda um outro conceito de atingido em que os órgãos de financiamento, tais como *International Financial Corporation*, *Banco Mundial* e *Banco Interamericano de Desenvolvimento* (BID), têm sistematizado normas orientadoras a seus clientes, dando-lhe maior abrangência. Esta conceituação de atingido leva em consideração o deslocamento físico que ocorre nos casos em que as pessoas são forçadas a migrar, tendo ou não documentação sobre a área em questão e o deslocamento econômico, que acontece quando as pessoas perdem o acesso às áreas produtivas das quais tiravam seu sustento ou parte dele, mas não necessariamente precisam passar pelo processo de migração compulsória.

Apesar do conceito de atingido teoricamente ter sido ampliado, o que se vê na prática, tanto em empresas públicas como privadas, juntamente com as empresas consultoras dos eia/rima e os órgãos ambientais responsáveis pelos licenciamentos, é que as concepções patrimonialista e hídrica continuam sendo aplicadas (FOSCHIERA, 2009).

O MAB, com anos de lutas acompanhando vários empreendimentos e estudando a forma como o setor elétrico vem se desenvolvendo em nosso país, vem criando um novo conceito de atingido, o de *atingido pelo preço da energia*, fundamentado através de estudos sobre a reestruturação que ocorreu no setor elétrico, no qual as privatizações, o incentivo para a construção de novas UHEs e a elevação do preço da energia surgem como algumas consequências desta reestruturação.

Com o conceito de *atingido pelo preço da energia*, o MAB passa a ter a compreensão de que não são apenas os moradores que se localizam próximos à beira dos rios onde são construídas as Usinas Hidrelétricas que sofrem os impactos negativos causados pela nova política energética, mas toda a população que tem que pagar um valor elevado por essa energia, sendo que as grandes empresas que são as maiores consumidoras de energia ganham subsídios do governo e a conta recai sobre o povo, que tem que sustentar os altos lucros dos investidores que se apropriam dos recursos naturais do país em nome do desenvolvimento.

3.5. AS ARTIMANHAS DA SEDUÇÃO DO MERCADO GLOBAL

A política desenvolvimentista revela-se como o resultado da aliança entre o setor privado e o estatal que vende a ideia de desenvolvimento do país aliada à geração de empregos, diminuição das tarifas de energia e tecnologia mais limpa. Contudo, a história da construção de barragens ao longo dos últimos vinte anos registra que o modelo energético que vem sendo desenvolvido é um modelo que exclui, expulsa milhares de famílias de suas terras, expropria e não compensa nem indeniza as populações atingidas em sua totalidade. Ao longo dos vinte anos de construção de barragens e usinas, assistimos a um padrão nacional de violação de direitos humanos. O interesse no lucro e acumulação primitiva, por governos e empresas, resultou em uma dívida social e histórica do Estado Brasileiro, ainda não paga (MAB, 2012).

O processo de expropriação que é criticado, a forma de agir das empresas responsáveis pela obra, a ausência do Estado que abre licitação e delega o poder para estas empresas seguem um padrão, uma forma de atuar atrelado ao discurso desenvolvimentista, deixando os seus atingidos na invisibilidade. Todas as artimanhas usadas para seduzir e cooptar grupos não mudaram desde a construção de Itaipu e isso não poderia ser diferente porque não houve mudança na relação econômica do Brasil com o resto do mundo. A única mudança observada foi a fase do capitalismo global, que ficou muito mais aperfeiçoado em suas formas de domínio e alienação.

Através do relatório do *Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana*, podemos constatar que as violações seguem em ritmo acelerado.

As usinas hidrelétricas significam a retirada sistemática dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de milhares de famílias em todo o Brasil. Um milhão de brasileiros já foram expulsos de suas terras nos últimos 40 anos pela construção de mais de 2.000 barragens, utilizadas para abastecimento de água e produção de energia. A luta em defesa dos direitos humanos das populações atingidas por barragens tem contrariado os interesses das empresas construtoras, que trabalham com a política do menor custo social possível nas suas obras. Desse modo, os defensores de direitos humanos que se opõem ao atual modelo energético brasileiro, nefasto para muitos setores da população e para o meio ambiente, tornam-se vítimas de um duro e crescente processo de criminalização e de repressão, oficial ou disfarçada, que utiliza o aparato penal e repressivo do Estado (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 03).

O poder público, especificamente o Estado brasileiro, se transformou num grande instrumento de regulamentação, manutenção e reprodução dos interesses da iniciativa privada. O BNDES, sem nenhuma transparência, é a principal ferramenta desta lógica, financiando os mesmos grupos que ferem os direitos dos atingidos, exploram os trabalhadores destes projetos e desrespeitam a legislação ambiental, muitas vezes com a ajuda do próprio IBAMA. Esta prática acontece em vários setores, seja na produção de energia, na construção de portos, na construção de refinarias de petróleo, na especulação imobiliária ou em qualquer obra que esteja no plano de desenvolvimento econômico do país.

Desvelar o que está por trás dos projetos de desenvolvimento é tarefa fácil. Basta olharmos os estudos que têm sido feitos, para constatar a relação desigual que existe entre a iniciativa privada e as pessoas que são impactadas por estas obras. A comunidade local, na maioria das vezes, revela o sentimento de estar sendo atropelada pelos tratores que iniciam os canteiros de obras. Tendo em vista que tais obras atingem as populações locais, essas nem sempre têm a dimensão da violação que sofrem e, como consequência, na maioria das vezes, elas não se organizam para lutar pelos seus direitos, pois os desconhecem.

Moler (2011) realizou um estudo na cidade de São Luis, capital do estado do Maranhão. Ela apontou as estratégias ardilosas quando das negociações feitas pela empresa *Vale do Rio Doce* para a ampliação de um porto. Neste caso, uma comunidade de pescadores foi diretamente atingida, tendo que abandonar a pesca artesanal de subsistência em decorrência dos impactos promovidos pela obra de ampliação do porto privado da Companhia. A pesquisadora relatou que

[...] sem alternativas diante das pressões a que são expostos, pequenos grupos humanos, como os filhos do Boqueirão, oscilam entre o desejo alimentado pelas promessas do capital e a possibilidade de assegurar o seu modo de vida, com o qual sua identidade se confunde (p. 96).

Outro estudo realizado no estado do Maranhão, no município de Bacabeira, trata da instalação de uma refinaria de petróleo e a forma como a empresa responsável pela obra se inseriu na comunidade, fazendo as negociações para a remoção de uma parte da população.

Este estudo revela a lógica perversa do capital que busca desorientar e desagregar qualquer forma de resistência que possa se tentar formar. E as promessas de uma vida melhor, de uma casa melhor ou até mesmo a oferta de um par de sandálias entram no jogo de sedução que está posto (BENTIVI, 2012, p. 121).

Cabe-nos destacar mais uma pesquisa interessante, esta sobre a construção da usina de Barra Grande situada no Rio Pelotas entre os municípios de Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul e Anita Garibaldi, em Santa Catarina. O autor da pesquisa relata que

[...] o discurso utilizado pelos empreendedores da UHE sobre desenvolvimento, progresso, exploração do turismo e geração de empregos utilizado em todas as barragens, mostrou-se eficiente, e recebeu apoio de prefeitos, vereadores, comerciantes e outros empreendedores locais, e até mesmo de atingidos, o que fez surgir, na região, um grupo local pró-barragem (FOSCHIERA, 2009, p. 45).

Saindo do circuito das grandes obras ambientais e seus terríveis impactos, assistimos há um ano à desapropriação do Pinheirinho, bairro já consolidado no município de São José dos Campos, onde viviam aproximadamente 5.534 pessoas. O terreno de 1,3 milhão de metros quadrados pertencia à empresa de massa falida da *Selecta*, holding de 27 companhias do mega investidor Naji Nahas. Passado um ano, o que se vê atualmente são cercas, guaritas, mato e pedaços de objetos quebrados. O caso ganhou notoriedade internacional pelo despreparo e violência do Estado contra seus cidadãos (*Carta Capital*, 23 janeiro de 2013, p. 28).

Todavia, não é somente através de mega-projetos que o capital se revela perverso. No caso do Pinheirinho, o capital mostrou sua face impiedosa com o apoio daquele que deveria olhar pelos seus: o Estado.

O capitalismo predatório e as políticas urbanas que privilegiam interesses privados e o sistema de circulação acabaram, muitas vezes, por descaracterizar bairros, expulsar moradores como favelados (remoção para obra pública, reintegração de posse), encortiçados (despejos, remoção, demolições), moradores de loteamentos irregulares, sem teto, num nomadismo sem direito às raízes (VERAS, 2012, p. 35).

A busca pelo modelo de desenvolvimento que está posto nos leva a uma disputa ideológica entre os que defendem os projetos apresentados pelo governo e os atingidos, sendo que alguns, contaminados pelo sentimento da indignação e

inquietação, tentam encontrar visibilidade e lutar pela garantia de direitos. Se de um lado o governo defende esse modelo de desenvolvimento como sinal do progresso nacional e como surgimento de novas oportunidades econômicas, ou seja, mais emprego, mais dinheiro circulando, comércio alavancando vendas, novas áreas de negócios surgindo como o turismo, a especulação imobiliária e muito mais, de outro, quando se tem algum tipo de organização popular, o questionamento que se faz é justamente sobre este modelo de progresso que está atrelado a um desenvolvimento que se mostra excludente e que não traz benefícios aos atingidos.

Porque são considerados como obstáculos que devem ser removidos de imediato, os relatos trazem a noção de atropelamento como sentimento que marca esse processo de expropriação. A diminuição da importância destas pessoas é que precisa ser revista e a discussão ampliada.

De acordo com Sawaia (2012),

[...] o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos. É experimentado como dor, na opinião de Heller, apenas por quem vive a situação de exclusão ou por “seres humanos genéricos” e pelos santos, quando todos deveriam estar sentindo-o, para que todos se implicassem com a causa da humanidade (p. 104).

O individualismo da ideologia liberal, traduzido em nossa cultura cotidiana, se manifesta no isolamento das pessoas: cada pessoa fechada em seus próprios problemas. Vivemos sob a cultura do sucesso, sempre considerado do ponto de vista econômico e do estímulo ao consumo. Com isso, vamos nos afastando uns dos outros e perdemos o desejo colaborativo da vida. O medo de não ter os recursos que nos permitam ter o tal sucesso somado ao fato de que vivemos a naturalização da competitividade voraz faz com que busquemos sempre um benefício em troca de favores. É isso que o capital faz: entra em nossas vidas e nos impõe valores que se tornam traços de nossa cultura. Por isso, assistimos ao desprezo pelos pobres, à discriminação racial e toda forma de preconceito de forma deliberada e justificada em nossa sociedade. O capital entra nas relações humanas e as desfaz, destrói vínculos e nos faz pensar que tudo faz parte da ordem natural da sociedade.

Santos (2001) ressalta que o planejamento que surge a partir do capitalismo e para servir ao capitalismo, leva as nações pobres, em nome do desenvolvimento, a abrir sua economia para o capital internacional, transformando o modo de produção e consumo desses países. Assim, podemos observar e compreender como as principais atividades econômicas implantadas e em desenvolvimento têm pouca identificação com a demanda social, pois estão a serviço do grande capital. Numa economia globalizada são poucos os que ganham com as grandes transações. Dentro desse modelo de produção, uma mesma mercadoria pode percorrer mais de um continente para ser produzida, porém certamente não deixa parte de seu lucro de forma igualitária em todos os continentes de seu percurso.

A partir do governo Lula, passamos a assistir a um novo modelo de desenvolvimento, fundado a partir da busca pelo equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social, justificados pelo desejo de se tornar um modelo autossustentável tanto no nível econômico, social e ambiental. Este modelo supõe crescimento econômico, ampliação e formalização do emprego, intervenção do Estado, dentre outros aspectos que, pelo menos em tese, rechaçam medidas neoliberais (CASTELO, 2012).

Apesar dos esforços do governo para tentar mudar a realidade econômica do país, e de fato, temos assistido a um crescimento econômico, o Brasil passou do “8º. para 9º. lugar no ranking do IDH-D dentre os países latino-americanos, confirmando o dado de que 1% dos brasileiros detém uma renda que equivale a toda a renda dos 50% mais pobres” (MOTA, 2012, p. 35).

Estes dados evidenciam que, mesmo tendo um governo que busca mudar a concepção de desenvolvimento neoliberal e excludente, ele ainda permanece refém deste modelo que é global, pois não se consegue escapar da contradição que existe entre os preceitos e regras da pauta liberal. Crescer e desenvolver de forma sustentável e harmônica se revela como esfera contraditória dentro do modelo produtivo que vivemos. O governo, na busca de uma atuação direta do Estado, ou seja, deixando de ser Estado mínimo e passando a atuar como Estado Providência, precisou se mostrar um bom malabarista para atender às demandas dos programas sociais, gerar emprego, aumentar salário, fazer reformas na educação e previdência, ampliar as linhas de crédito e os empréstimos populares. Mas tudo isso sendo mediado pelo mercado que é o regente desta orquestra, o governo precisou

equilibrar de um lado, as demandas sociais e atender de outro, as classes dominantes (BRAGA, 2010 apud ibidem).

De acordo com os números que traduzem a riqueza nacional, o Brasil ocupa a sétima posição mundial dos países mais ricos. O que se pode afirmar citando Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça é que

[...] o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, onde a causa principal da pobreza de milhões de brasileiros se encontra em uma perversa desigualdade na distribuição dos recursos nacionais e das oportunidades de inclusão social, a origem da pobreza não estaria na escassez de recursos, mas sim na péssima distribuição de renda entre as famílias (Ibid., p. 55).

O processo de expropriação das comunidades atingidas por grandes obras deixa claro como se dá a distribuição do progresso e geração de renda anunciada no período de inserção da obra. O fato é que ter condições adequadas de vida não faz parte da realidade dessas pessoas e isso não é um luxo, mas sim uma condição que deveria estar disponível para todos. Então, por que as pessoas não reconhecem essa condição como um direito seu? Estamos contaminados com a ideologia que o capitalismo nos traz, que é genérica e diz que somos responsáveis pela forma como vivemos. Essa ideia de responsabilização pelos resultados da própria vida e por aquilo que conseguimos adquirir, nos leva ao fatalismo e ao estado de apatia diante dos fatos, pois a naturalização dos acontecimentos da vida nos faz pensar e agir dessa maneira.

Furtado (2009) ilustra claramente a ideia desse pensamento fatalista e naturalizante dos fatos da vida:

Quando uma sociedade como a capitalista acumula bens não somente para a sua reprodução, mas sua riqueza é distribuída de forma profundamente desigual, em que poucos ficam com muito ao passo que a maioria fica com nada, será necessário um acordo tácito, muitas vezes ignorado pelos indivíduos (particularmente pelos mais atingidos pelas desvantagens desse processo). Uma consciência coletiva distorcida pela presença do quadro de valores e crenças sociais (ideologia) que encobrem os verdadeiros determinantes dessa circunstância transforma a aparência da diferença social em algo absolutamente natural. A esse processo damos o nome de constituição da subjetividade capitalista: a maneira como se constitui o psiquismo nesse processo (p. 82).

A contradição dos números da desigualdade em nosso país está na riqueza que possuímos e na imensa camada pobre da população, cenário que já melhorou muito através dos projetos sociais que distribuem renda. E por que é tão difícil mudar esta realidade? Já que somos um país rico, significa que temos recursos para superar a pobreza e diminuir as desigualdades.

Para José de Souza Martins (2002),

[...] não se trata apenas de gerir distribuição de renda, como pensam muitos que se deixaram fascinar pelo economicismo ideológico produzido pela mesma economia iníqua causadora da pobreza que condenamos. Trata-se da distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir. A questão é muito mais social do que econômica (p.10).

Ao tentarmos compreender esse cenário da falta de uma distribuição mais igualitária, faz-se necessário voltar a alguns conceitos básicos. Nos dias atuais, os discursos em torno das políticas de desenvolvimento econômico tentam superar a dos argumentos fundamentalistas do *Consenso de Washington*, que preconiza a abertura da economia e eliminação de barreiras aos investimentos financeiros, defende as privatizações, prevê redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos, defende novos contratos de trabalho que levam à precarização dos mesmos, enfim, é o neoliberalismo regendo as leis do mercado, especialmente nos países da América Latina (MARANHÃO, 2012).

A busca pela desvinculação do modelo neoliberal ganha força na América Latina tendo em vista que partidos políticos e antigas lideranças de esquerda chegaram ao poder. Aqui no Brasil tivemos o *Partido dos Trabalhadores*, primeiro na gestão Lula e agora com a presidenta Dilma, que adotaram as estratégias do novo desenvolvimento para servir de modelo de ruptura com as políticas neoliberais.

O caráter expropriador da política neoliberal tem gerado aumento da pobreza e precarização do trabalho em todo o globo. O sociólogo Atilio Boron (2010) reuniu e apresentou alguns dados da ONU que registravam que, em 2009, habitavam em nosso planeta cerca de 6,8 bilhões de pessoas. Este autor nos mostra a situação de vulnerabilidade e miséria que assola uma parcela significativa da população mundial.

Sendo que dessas pessoas, 1,08 bilhão são desnutridas crônicas (FAO, 2009); 02 bilhões não têm acesso a medicamentos (www.fic.nih.gov); 884 milhões não têm acesso à água potável (OMS/UNICEF, 2008); 925 milhões são “sem teto” ou residem em moradias precárias (ONU Habitat, 2003); 2,5 bilhões não são beneficiadas por sistemas de saneamento ou privadas domiciliares (OMS/UNICEF, 2008); 218 milhões de crianças entre 05 e 07 anos de idade trabalham em condições forçadas desempenhando tarefas perigosas e/ou humilhantes (como soldados em guerras e conflitos civis, na prostituição infantil ou em trabalhos insalubres na construção civil, agricultura ou indústria têxtil) (BORON, 2010, p. 1 apud MARANHÃO, 2012).

O autor continua sua exposição sobre o nefasto dano neoliberal:

Entre 1988 e 2002, os 25% mais pobres da população mundial reduziram sua participação no produto interno bruto mundial (PIB mundial) de 1,16% para 0,92%; enquanto os opulentos 10% mais ricos acrescentaram fortunas em seus bens pessoais passando a dispor de 64% para 71,1% da riqueza mundial. O enriquecimento de uns poucos tem como seu reverso o empobrecimento de muitos. Somente esses 6,4% de aumento da riqueza dos mais ricos seriam suficientes para duplicar a renda de 70% da população mundial, salvando muitas vidas e reduzindo os sofrimentos dos mais pobres. Entendam bem: tal coisa somente seria obtida se houvesse a possibilidade de redistribuir o enriquecimento adicional produzido entre 1988 e 2002 dos 10% mais ricos da população mundial, deixando ainda intactas suas exorbitantes fortunas. Mas nem isso passa a ser aceitável pelas classes dominantes do capitalismo mundial (Idem, p. 2; apud Ibidem).

É diante deste cenário de práticas excludentes que os Estados têm buscado renovar sua hegemonia através da mudança de suas práticas, visando articular crescimento econômico capitalista com desenvolvimento humano e social. Mas este desafio não é equação fácil de resolver: crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Com a globalização, o território continua sendo nacional, mas com economia internacional, afinal são as grandes corporações que investem no país e ajudam a ditar as regras deste jogo de interesses. O território nacional continua existindo, as normas públicas seguem sendo ditadas pelo Estado, ainda que as forças externas se façam presentes:

O mercado global não existe como ator, mas sim como ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais que não têm preocupações éticas, nem finalísticas. Então a própria lógica da sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo. Mas, se o Estado não puder ser solidário e a empresa não puder ser altruísta, a sociedade como um todo não tem quem a valha (SANTOS, 2001, p. 51).

Na globalização econômica, as empresas têm livre fluxo entre os países. Elas podem vir e se instalar aqui, contratar mão de obra local, produzir e levar o que foi produzido para outro lugar. O mesmo não acontece com as pessoas. Se um trabalhador brasileiro quiser trabalhar nos Estados Unidos, por exemplo, ele não poderá entrar assim tão livremente no país, pois precisará de visto de permanência, coisa que não é fácil conseguir. Este é mais um reflexo do capitalismo que privilegia o dinheiro em vez de privilegiar as pessoas. Essa política faz parte da economia globalizada que possui o poder de avançar para todos os lados e fazer com que todos se curvem diante das supostas vantagens e vontades das empresas ditas *globais*, pertencentes, em sua maioria, a países ricos. Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos e o Estado passa a atuar de acordo com as normas e regras ditadas pelas grandes empresas hegemônicas. E quem é atingido tem de lutar com um inimigo que é invisível, porque o Estado não faz o papel de negociador.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral

- Identificar, através da dialética resistência x desistência, como a população atingida pela construção da Hidrelétrica Mauá irá reconfigurar o seu modo de vida depois de sua remoção da região em que morava e trabalhava.

Objetivos específicos

- Identificar os sentidos e significados da perda da relação com as formas tradicionais de manutenção da vida local (pesca e agricultura familiar);
- Identificar a atuação dos Movimentos Sociais como forma de resistência;
- Verificar como a população desalojada decodifica o acordo realizado entre a concessionária e os atingidos.

4.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE: BASE PARA O ENTENDIMENTO DA DIALÉTICA DESISTIR X RESISTIR

A atividade pode ser entendida como a forma específica de intercâmbio material dos seres humanos com a natureza e com a sociedade, referindo-se às ações concretas dos seres humanos na realidade objetiva (por exemplo, o trabalho dos atingidos: apicultura, pesca, agricultura, garimpo e o meio ambiente). Sendo compreendida como atividade intencional capaz de transformar o meio através do trabalho realizado pelo homem, a atividade é uma estrutura única que comporta necessidades e o objeto dessas necessidades, mas não basta haver a necessidade e o objeto que a satisfaça, para haver atividade é preciso haver o motivo, então se trata de uma relação necessidade-motivo-necessidade, concepção adotada pelo materialismo histórico dialético.

No caso desta pesquisa, a Usina Hidrelétrica vai transformar objetivamente a realidade dos trabalhadores atingidos. Com isso, eles terão de buscar uma nova atividade para construírem uma nova objetividade, fazer um novo planejamento de vida, arrumar outro trabalho. Aqui também podemos destacar as bases subjetivas que estão relacionadas com a forma como estes trabalhadores se relacionam com a terra e o rio, onde se encontram também os sonhos e os desejos.

A subjetividade é entendida enquanto processo de constituição do psiquismo, é o que possibilita os sujeitos a apropriarem-se das produções da humanidade (universalidade), a partir de determinadas condições de vida (particularidade), que constituem indivíduos únicos (singularidade), mesmo quando compartilham a mesma particularidade (SILVA, 2009, p.174).

Por todas as mudanças que estão ocorrendo com a construção da UHE MAUÁ que temos como objetivo de pesquisa identificar, do ponto de vista da dialética resistência x desistência, como a população atingida pela construção da Usina Hidrelétrica Mauá irá reconfigurar o seu modo de vida (aspecto da cultura) depois de sua remoção da região onde moravam e trabalhavam?

A passagem à consciência é o início de uma etapa superior do desenvolvimento psíquico, de acordo com Leontiev (1978):

A passagem à consciência humana, baseada na passagem a formas humanas de vida e na atividade do trabalho que é social por natureza, não está ligada apenas à transformação da estrutura fundamental da atividade e ao aparecimento de uma nova forma de reflexo da realidade; o psiquismo humano não se liberta apenas dos traços comuns aos diversos estágios do psiquismo animal [...]; o essencial quando da passagem à humanidade, está na modificação das leis que presidem o desenvolvimento do psiquismo. No mundo animal, as leis gerais que governam as leis do desenvolvimento psíquico são as da evolução biológica; quando se chega ao homem, o psiquismo submete-se às leis do desenvolvimento sócio-histórico (p. 68).

Para esse autor, é por meio do trabalho social que o homem se desenvolve e concretiza o seu processo de humanização; ou seja, a atividade produtiva possibilita ao homem formar e transformar qualitativamente sua atividade psíquica. É este o salto qualitativo que o homem dá ao compreender que sua vida não é mera adaptação ao meio e sim, apropriação e desenvolvimento nesse meio através da troca de experiências com a natureza e isso, só é possível através do trabalho. A consciência é o que difere o homem dos outros animais, porque só ele tem essa capacidade de pensar e refletir sobre o meio do qual faz parte. A consciência permite ao sujeito apreender a realidade, representá-la através de ideias e transformá-la em modos de agir na natureza.

Ainda segundo Leontiev (1978), o psiquismo manifesta-se de duas formas, uma através da atividade, forma como eu me relaciono com a natureza, e a outra através da subjetividade, que acontece através da consciência, por meio das ideias, construções e apreensões que eu faço da realidade, como por exemplo, “quando um artesão faz um vaso coloca nele sua marca pessoal, seu estilo, ao mesmo tempo, traz para si a imagem deste mesmo vaso, apropriando-se de suas características constitutivas” (DELARI, 2000, p. 46).

A teoria histórico-cultural de Vigotski, baseada no aporte filosófico materialista dialético, entende que o homem se constitui através de duas fases diferentes do desenvolvimento psíquico, uma acontece com a evolução biológica das espécies de animais, que levou ao surgimento do *Homo Sapiens Sapiens*; e a outra por meio do processo de desenvolvimento histórico, do qual este *Homo Sapiens Sapiens* se realiza como ser social. O homem constitui-se, assim, na dinâmica do biológico e do social.

Ao estudarmos o desenvolvimento psíquico, passamos a compreender como o homem se constrói e como se dá a sua evolução no plano filogenético (história da

espécie humana) e no plano ontogenético (a história pessoal) e, nesse caso, a evolução da sociedade.

Em suma, é por meio da atividade social que os sujeitos se relacionam com a realidade objetiva; em busca da satisfação das necessidades para poder apreender e transformar a realidade, o psiquismo humano se forma.

Assim, podemos entender que no processo de constituição dos sujeitos, o uso de instrumentos e da linguagem tem importante contribuição, mas não podemos deixar de analisar a categoria trabalho, pois é através deste que o homem se constitui e constitui a sociedade em que está inserido.

O trabalho – visto como forma de interação social através do uso de instrumentos materiais –, possibilita ao homem a interação com os outros indivíduos e a apropriação da experiência histórico-social; é por meio dele que o homem transforma a natureza e a si mesmo (VIGOTSKI, 2004).

Sendo o trabalho a categoria fundante do ser humano, ele traz consigo a compreensão de que o indivíduo tem a capacidade de se apropriar do mundo e de transformá-lo. Marx trouxe uma importante contribuição para a compreensão do trabalho como atividade que ocupa papel central na vida humana, atividade pela qual o homem transforma a natureza e se transforma, sendo esta atividade voltada para um fim na qual está subordinada a sua vontade.

O fenômeno trabalho é historicamente determinado e se manifesta de uma determinada maneira, conforme a condição histórica, a história social de um país, a sua determinada relação de classes (FURTADO, 2009). Com isso, nos leva a pensar o ser como um ser que faz parte de uma sociedade, num determinado tempo histórico.

A explicação sobre o que o trabalho representa pode ser mais bem explicitada nas palavras de Furtado e Svartman (2009),

[...] a organização social do trabalho materializa não apenas produtos para consumo e sobrevivência, mas também materializa e estabiliza formas de compreensão de si mesmo e do mundo, sustenta o desenvolvimento concreto de projetos e potencialidades especificamente humanas. O mundo resultante do trabalho humano já não é meramente natural, mas é um mundo social e histórico, repleto de sentidos e significados construídos nos atos coletivos da produção. Isso significa que é impossível compreender a própria formação do homem sem observar o meio real no qual se desenvolve social e historicamente por meio da atividade (p. 84).

Em seus estudos, Marx (1983) considerava a atividade prática sensorial como originária do desenvolvimento histórico-social dos homens, e assim, também ao desenvolvimento individual:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às de um tecelão e a abelha envergonha um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou trabalho mesmo, seu objeto e seus meios (pp. 149-150).

Ao formular seu pensamento, Marx estudou Hegel e, ao fim do seu estudo, concluiu que o pensamento Hegeliano, por se tratar de um pensamento idealista, não revelava o que deveria ser um pensamento sobre a existência social, pois para se pensar em questões como essas seria necessário buscar uma base materialista. Para ele, nossas ações determinam nossos pensamentos, e estes vão se formando a partir da construção e aquisição da linguagem, ou seja, toda prática engendra um significado, como pode ser observado a seguir:

Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, indispensáveis e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se ergue uma superestrutura legal e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral. Não é a consciência do homem que determina seu ser, porém, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Vigotski utilizou a categoria consciência como ela aparece em Marx e também assume que a atividade (trabalho) serve como base para o estudo da consciência, entendendo que a consciência é construída de fora para dentro por meio das relações sociais e devem ser entendidas como unidade dialética.

Já Leontiev, utilizou esse conceito estruturando-o e transformando-o em uma teoria da atividade, que ajudará a explicar os processos psicológicos superiores e fazendo também que esta categoria seja utilizada como objeto de investigação.

A análise da atividade constitui o ponto decisivo e o principal método do conhecimento científico do reflexo psíquico, da consciência. No estudo das formas de consciência social está a análise da vida cotidiana da sociedade, das formas de produção próprias desta e o sistema de relações sociais. No estudo da psique individual está a análise da atividade dos indivíduos nas condições sociais e circunstâncias concretas dadas, que tocou-lhes ao acaso viver (LEONTIEV, 1983, p.17).

A partir dessa categoria, a atividade humana passa a ser reconhecida enquanto objeto da psicologia, que permite pensar o sujeito inserido na realidade concreta/material e como essa se transforma em realidade subjetiva.

A atividade humana mediada pelo reflexo – reflexo esse que é parcial da realidade –, é constituída pela necessidade. É ela quem regula e orienta a atividade concreta do sujeito em seu meio objetivo. Todavia, fatores externos também podem criar necessidades nos indivíduos e, conseqüentemente, levá-los a agir. O que está entre as necessidades e o objeto de sua satisfação é o motivo.

Leontiev (1983), ao estudar a dinâmica interna da atividade humana em relação às necessidades, motivos e emoções, conceituou cada uma delas, procurando fazer uma distinção clara para que não se pensasse que são sinônimos.

Nessa direção, Leontiev nos diz que a necessidade está ligada a um estado de carência, a um estado emocional que leva o sujeito à ação. Quando nascemos, precisamos de outras pessoas para suprir nossas necessidades. Na medida em que nos desenvolvemos, vamos nos relacionando com os objetos que estão a nossa volta, estabelecendo vínculos com eles e identificando quais deles atenderão as nossas necessidades. Com isso, descobrimos que a necessidade precisa ser preenchida, ou seja, vamos buscar objetos e através destes é que a necessidade poderá ser objetivada.

Contudo, este estado de necessidade precisa ser preenchido e, para que isso aconteça, o sujeito terá que buscar o objeto para suprir sua necessidade. Esse movimento de busca pelo objeto faz com que essa relação sujeito e objeto sofram mudanças, e necessidade passa a ser chamada de motivo: “o objeto da atividade é seu motivo real” (LEONTIEV, 1983, p. 83). O motivo é o que move uma atividade, pois liga uma necessidade a um objeto. Não bastam existir objetos e necessidades apenas, eles precisam de um motivo para que a atividade seja produzida.

As necessidades e os motivos estão interligados às emoções e sentimentos e realizam função fundamental no desenvolvimento das atividades dos sujeitos e na análise dos objetos da atividade, não havendo atividade sem motivo. O motivo é o que move/gera uma atividade, pois liga a necessidade a um objeto.

A primeira condição de toda atividade é uma necessidade. Todavia, em si, a necessidade não pode determinar a orientação concreta de uma atividade, pois é apenas no objeto da atividade que ela encontra sua determinação: deve, por assim dizer, encontrar-se nele. Uma vez que a necessidade encontra a sua determinação no objeto (se objetiva nele), o dito objeto torna-se motivo da atividade, aquilo que o estimula (LEONTIEV, 1978, pp. 107-108).

O estudo da atividade pressupõe a análise de sua estrutura e das relações entre seus elementos, nos levando a investigar qual é o motivo da atividade.

Portanto, o estudo da consciência consiste em estudarmos esse movimento do externo para o interno, que é o que Leontiev (1978) irá chamar de reflexo psíquico da realidade. A consciência é entendida como algo comum que é aprendido entre os sujeitos, como uma realização social. Para este autor, toda consciência é social, é na relação entre os sujeitos que ela será engendrada, sendo a linguagem o elemento essencial para a sua construção.

Ao se estudar a categoria consciência, faz-se necessário compreender as relações existentes entre os homens, as formas como estes produziram e produzem sua existência por meio de suas atividades, ou seja, "estudar como a estrutura da consciência do homem se transforma com a estrutura da sua atividade" (Idem, p. 92).

Se a consciência é consciência social, ela não pode ser pensada como algo que é dado internamente, mas sim nas relações entre os indivíduos com outros homens e com o mundo, em interação com a atividade. Essa interação do mundo social com o mundo interno, psíquico, não se dá de maneira direta, pois o mundo

psíquico não é apenas uma reprodução do mundo social. A linguagem e a atividade (trabalho) exercem papel fundamental nessa relação entre consciência social e consciência individual. “Assim, a fala é expressão prática dos pensamentos (mediados pela consciência) e ao mesmo tempo não coincide com ele. Ela expressa parcialmente os pensamentos” (FURTADO; SWARTMAN, 2009, p. 77).

Nesse sentido, Vigotski (2001), enfatiza:

Por sua estrutura, a linguagem não é um simples reflexo especular da estrutura do pensamento, razão por que não pode esperar que o pensamento seja uma veste pronta. A linguagem não serve como expressão de um pensamento pronto. Ao transformar-se em linguagem, o pensamento não se expressa, mas se realiza na palavra (p. 412).

Para Marx (2007),

[...] a linguagem é tão antiga quanto a consciência; a linguagem é a consciência prática, real, que existe igualmente para outros homens, e apenas assim existe para mim também; a linguagem, como a consciência, somente emerge a partir da carência, da necessidade de interação com outros homens [...]. A consciência é, portanto, já de antemão um produto social, e o seguirá sendo enquanto existirem seres humanos (p. 53).

A linguagem é mediadora das relações e trocas que os homens fazem entre si. Através dela, eles compartilham experiências, conhecimentos, técnicas e tudo que desenvolveram até o momento para as próximas gerações. O homem, ao apropriar-se das significações sociais expressas pela linguagem, atribui-lhes sentido próprio, um sentido pessoal que está diretamente ligado à sua vida concreta, às suas necessidades, motivos e sentimentos. Ela também possui papel mediador na constituição do ser social, exercendo o papel de instrumento criado pelos homens. O que faz a mediação entre pensamento e linguagem é o significado.

Com a aquisição da linguagem, o homem passa a formar sua atividade consciente, pois a linguagem se constitui como fator essencial na formação da consciência, criando imagens internas, registros de sua atividade. Com ela, o homem passa a fazer abstrações, adquire capacidade de imaginar coisas, fazer planos (função teleológica).

Para entendermos como o pensamento se realiza na palavra que vem carregada de significações, precisamos ilustrar as categorias (significado e sentido), para então apreendermos o humano em sua totalidade.

Para melhor explicitar as categorias significado e sentido, recorreremos a Aguiar (2009):

Significado e sentido são momentos do processo de construção do real e do sujeito, na medida em que objetividade e subjetividade são também âmbitos de um mesmo processo, o de transformação do mundo e constituição dos humanos. Jamais poderão ser considerados e, assim, apreendidos dicotomicamente (p. 60).

Portanto, a linguagem enquanto processo de construção da consciência humana, traz consigo esta capacidade de significação. Assim, afirma Vigotski (2001 apud BERENCHTEIN, 2007):

O significado da palavra é, ao mesmo tempo, um fenômeno de discurso e intelectual, mas isto não significa a sua filiação puramente externa a dois diferentes campos da vida psíquica. O significado da palavra só é um fenômeno do pensamento na medida em que o pensamento está relacionado à palavra e nela materializado, e vice-versa: é um fenômeno de discurso apenas na medida em que o discurso está vinculado ao pensamento e focalizado por sua luz. É um fenômeno do pensamento discursivo ou da palavra consciente, é a unidade da palavra com o pensamento (p. 398).

Dessa forma, fica claro que o significado das palavras sofrem mudanças, se transformam e ao se transformarem superam a ideia de que são constantes e imutáveis (idem, p. 109).

Como observa Berenchtein (ibidem), parafraseando Leontiev (1978):

[...] os significados socialmente elaborados mudam sua forma de existir na consciência dos indivíduos, passando a ter uma espécie de vida dupla. Essa vida dupla se dá pelo surgimento de outra relação interna, que possibilita um outro movimento dos significados no sistema da consciência individual, que se manifesta nos fatos psicológicos mais corriqueiros. É dessa nova revelação, segundo o autor, que surge a necessidade de distinguir o significado objetivo compreensível do significado que as coisas possuem para o sujeito, o sentido (pessoal) (p. 109).

Segundo o pensamento de Vigotski (2001 apud AGUIAR, 2009, p. 63), sentido seria um “agregado de todos os fatos psicológicos que surgem na nossa consciência como resultada da palavra”.

Furtado e Swartamn (2009), complementam o pensamento ao afirmarem que

[...] o sentido apresenta caráter aberto e suscita a capacidade do sujeito de reconstruir significados. Ao mesmo tempo, ele responde à condição imanente da base material da produção da consciência. Ele é dinâmico, mas responde às condições materiais da produção social e nunca estará descolado dessa condição. Por isso ele é histórico e social (p. 78).

Os sentidos produzem os significados e os significados ajudam a formular os sentidos, por isso eles não podem ser concebidos separadamente. Não existe contraposição entre sentido pessoal e significado social, pois se trata de uma unidade dialética, onde a fala exerce função mediadora desse processo de formação de consciência.

Esta consciência será formada nessa relação entre sentido e significado, atividade (trabalho) e tudo isso será dado na vida cotidiana, pois é na vida cotidiana que o indivíduo constrói a memória e a consciência coletiva (FURTADO, 2009). Além disso, é no cotidiano que o homem se reproduz na medida em que desenvolve uma função social, ou seja, uma adaptação a um mundo já existente, onde procura conservar-se e dar prova de sua capacidade vital (HELLER, 2002).

Segundo Heller (apud ROSSLER, 2004), o indivíduo ao viver sua cotidianidade aprende a manipular os objetos, os instrumentos e utensílios de sua cultura, devendo apropriar-se do uso e do significado social destes instrumentos. E esta apropriação possivelmente será mediada por um outro indivíduo, esse processo pressupõe, por sua vez, a apropriação de certas relações sociais, bem como a apropriação da linguagem como forma básica de comunicação ou troca entre os indivíduos de um determinado grupo.

A autora busca com isso falar sobre o processo de alienação que ocorre quando o sujeito se torna incapaz de superar essas relações, mesmo nas situações de sua vida cotidiana de pensar, sentir e agir. Onde há a necessidade de determinados padrões serem rompidos e este não consegue evoluir de um nível de pensamento a outro, chamamos de alienação.

Por essa razão, além de estudarmos as categorias atividade e consciência, é necessário contemplar neste estudo outra categoria que se apresenta nesse processo de formação da consciência: a alienação.

De acordo com Marx (2002), a alienação pode ser entendida como um processo que se refere ao movimento de algo que é percebido como algo externo, como por exemplo, o objeto que o trabalhador produz na fábrica. Este objeto é entendido pelo trabalhador como algo estranho a ele, como algo que lhe é exterior, pois ele tem a sensação de que quanto mais produz, menos poderá possuir ou nem se reconhece enquanto produtor do objeto do seu trabalho.

Seguindo o pensamento de Marx (2012),

[...] todas estas consequências repousam na determinação de que o operário se relaciona com o produto do seu trabalho como um objeto estranho. Pois segundo este pressuposto é claro: quanto mais o operário se esmera tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, estranho, que ele cria perante si próprio, tanto mais pobre ele próprio, o seu mundo interior, se tornam, tanto menos lhe pertence de seu (p. 95).

Diante disso, o sujeito se vê como impotente, diminuído e assim, aliena-se, fica desacreditado do seu potencial de mudança e transformação, caindo no que vamos chamar de fatalismo, de que as coisas são assim mesmo, engendrando uma consciência fragmentada.

A estrutura econômica capitalista reforça esse comportamento que leva à alienação no momento em que ocorre a divisão desigual dos produtos realizados no trabalho. Furtado e Swartman (2009) observam que

[...] os homens trabalham como se fossem “átomos dispersos”, sem qualquer forma de ligação entre eles que não passe pelo cálculo de rentabilidade. A finalidade de reprodução do capital se separa e domina o sentido produtivo. Marx analisa que se o produto não pertence ao trabalhador no processo, e quem comanda esse processo objetiva a reprodução e ampliação de seu capital, nessa circunstância o trabalho transforma-se simplesmente em meio de vida para ambos (p. 89).

A análise se orienta para a crítica de que o homem, ao alienar-se, perde sua condição de pensar, refletir, planejar sobre o que produz e passa a fazê-lo de forma mecânica, atendendo somente às exigências de reprodução do capital.

Recorremos a Mézaros (2002), autor que faz uso de trechos do livro *O capital* e destaca:

Dentro do sistema capitalista todos os métodos para aumentar a produtividade social do trabalho são produzidos às custas do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e exploração deles: eles transformam o trabalhador num homem fragmentado, degradam-no ao nível de apêndice de uma máquina, destroem todo resto de interesse do seu trabalho e os transformam num sacrifício odiado; alienam-no do potencial intelectual do processo de trabalho, na mesma proporção em que a ciência é incorporada nele como um poder independente (p. 205).

A alienação se dá pela *naturalidade* com que esses processos de dominação ocorrem, nos quais o sujeito vê como sendo natural a dominação, a exploração que ele sofre. Marx (2007) concebe a alienação como o estado no qual os sujeitos, um grupo, uma instituição ou a sociedade de modo geral se tornam alheios, estranhos, com aquilo que produzem. Portanto, a alienação é vista como algo que não mobiliza, não toca o sujeito para transformar sua realidade, faz com que ele não se veja enquanto ser social, pertencente a uma classe.

Ao tratar do tema alienação, é preciso contextualizá-lo dentro da forma capitalista de produção que reduz o homem a mero instrumento de trabalho, descolando-o da sua capacidade enquanto produtor livre, dono de suas potencialidades, diminuindo-o apenas como mero produtor de objetos, fazendo com que este não se reconheça como agente ativo do processo. Este homem, constituído dessa forma, é visto como homem abstrato que não é produtor e produto de sua história (FURTADO; SVARTMAN, 2009, p. 94).

Dessa maneira, fica difícil transformar o seu modo de ser, já que as relações sociais que devem ser interrogadas são naturalizadas e a culpabilização recai sobre os indivíduos pelos problemas sociais. Todos esses mecanismos de naturalização e culpabilização, que fazem parte da constituição da alienação, estão a serviço da ideologia dominante.

Sawaia (2012, p. 106) aponta que o sofrimento ético-político mostra a realidade das questões sociais, traz as ideologias que perpassam a vida dos sujeitos em cada momento histórico, retrata a dor, as emoções, a vergonha, o sentimento de não pertencimento, de ser visto e tratado como inferior, de ocupar um lugar no mercado de trabalho que lhe resta reproduzir o papel do escravo, de quem está aqui para servir, sem valor, sem reconhecimento social.

Ao tentarmos desfazer esse novelo, esse emaranhado de conceitos, é que vamos conseguir estudar, a partir da perspectiva da Psicologia Social, as categorias

listadas, tendo como enfoque conceitual, o sofrimento ético-político que possibilita a análise da dialética exclusão/inclusão social.

O sujeito que sofre, sofre sozinho, é uma dor que vem de dentro, mas este sofrimento não pode ser entendido como sendo uma construção isolada, pois é na relação entre o sujeito e o objeto que esta dor é construída social e historicamente.

Como afirma Sawaia (2012),

[...] conhecer o sofrimento ético-político é analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos e dramáticos problemas – a desigualdade social, a injustiça e a exploração (p. 107).

As resistências que poderiam se formar na luta por direitos acabam por viver o conflito entre resistir ou desistir que tentaremos expor neste trabalho através da história de vida dos sujeitos desta pesquisa. Mesmo sabendo que existem determinações sociais, econômicas e políticas que levam as pessoas a vivenciar certas experiências, fica difícil ultrapassar a barreira do sofrimento gerado por tais condições e superar as artimanhas da exclusão e da inclusão perversa.

5. O MÉTODO E OS PROCEDIMENTOS

5.1. O MÉTODO DE PESQUISA: O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Esta pesquisa adota o método utilizado pelo *Grupo de Pesquisa Trabalho e Ação Social* (NUTAS), que tem como aporte teórico a Psicologia Sócio-Histórica, perspectiva que busca no materialismo histórico-dialético e na psicologia histórico-cultural de Vigotski seus elementos fundamentais. Nessa concepção, procura-se compreender o desenvolvimento histórico-social das qualidades humanas tendo por base as relações sociais objetivas que os humanos encarnam em cada período histórico.

A psicologia sócio-histórica traz como proposta metodológica a superação de toda e qualquer dicotomia como interno-externo, objetivo-subjetivo, significado-sentido, afastando-nos assim, de noções naturalizantes da realidade, criando uma nova psicologia que possibilita pensar o ser social em sua totalidade. É uma vertente teórica que busca conhecer o homem e sua subjetividade através da concepção materialista dialética.

As leis fundamentais do materialismo dialético são:

1) A lei da transformação da quantidade em qualidade, segundo a qual as mudanças quantitativas dão origem a mudanças qualitativas revolucionárias; 2) A lei da unidade dos contrários, que sustenta que a unidade da realidade concreta é uma unidade de contrários ou contradições; 3) A lei da negação da negação, que pretende que, no conflito de contrários, um contrário nega o outro e é, por sua vez negado por um nível superior de desenvolvimento histórico que preserva alguma coisa de ambos os termos negados (noção de tese, antítese e síntese) (BOTTOMORE, 1983, p. 259).

Em sua obra *O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica*, bem como em *O método instrumental em Psicologia*, Vigotski (2004), fez várias críticas à psicologia tradicional e sobre os fundamentos metodológicos da *ciência psicológica*, por esta ter em seu bojo um caráter atomístico e anti-histórico. Sendo assim, o autor introduziu o método histórico, no qual buscou apreender o objeto psicológico em seu movimento dialético, em suas várias formas de manifestação no curso de seu desenvolvimento.

O princípio da lógica dialética, segundo Konder (2008), é o desenvolvimento dos fenômenos que passam por *saltos quantitativos* que expressam mudanças qualitativas, ou seja, as transformações acontecem por meio da passagem da quantidade para a qualidade. Esse movimento acontece de maneira crescente e vai se realizando de forma gradual, fazendo uso da contradição para ir do simples em direção ao complexo.

Marx (2008) explicita:

A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e veem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda territorial. Mas não se deve identificá-los (p. 264).

Ou seja, a chave metodológica proposta por ele pressupõe a partida do mais avançado para o mais primordial. Nessa perspectiva, não se faz possível pensar o objeto de pesquisa como algo fracionado, dividido. Tudo acontece ao mesmo tempo, em movimento, impossibilitando a separação de um fato de outro ou a realização de análise em partes. Assim, dentro da lógica dialética não existe o estudo das partes e

sim da totalidade. Estudar a realidade subjetiva e objetiva nos leva a compreender que os fenômenos estão em interação e são dependentes um do outro. Portanto, quando se fala na apreensão do fenômeno em sua totalidade, fala-se de seu estudo por completo sem dividi-lo ou parcelá-lo.

Foi isso que Vigotski defendeu ao formular a noção de uma psicologia geral no seu estudo em *O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica*. A psicologia geral é a metodologia da psicologia, também entendida como *dialética da psicologia* e ainda como *materialismo psicológico*.

Ao fazer uso deste referencial para os estudos desta pesquisa, entenderemos os trabalhadores atingidos pela construção da UHE Mauá como sujeitos históricos, concretos, marcados por uma cultura, que possuem ideias e consciência e que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social são, ao mesmo tempo, produzidos por ela.

Ao compreender o homem como construção histórica e cultural, entende-se que este se torna humano ao mesmo tempo em que se socializa e interage com sua realidade social, histórica e cultural, onde objetividade e subjetividade são concebidas “como unidades de contrário, em movimento de transformação constante. Sujeito e objeto transformam-se em um processo histórico em que o sujeito atua sobre o objeto e é transformado nesse processo” (BOCK e GONÇALVES, 2009, p.138).

A pesquisa que está sendo apresentada compreende que o conhecimento não é um fim em si mesmo e não se realizará como mera descrição dos fatos tais como eles são.

Interessa-nos pensar a busca de objetividade do conhecimento como critério da crítica. Não se trata de uma objetividade que isente o pesquisador de tomar posição, mas justamente daquela que o convida a posicionar-se não em função apenas de suas crenças pessoais, “absolutas” ou “relativas”, senão em confronto com as características mais profundas e elevadas da realidade que visa compreender, explicar e transformar (DELARI, 2011 p. 04).

Assim, buscar-se-á, através do método apresentado, abarcar o princípio que está colocado no próprio método que é o de transformação, entendendo o sujeito como um ser ativo, social e historicamente situado. Os estudos pautados nos princípios do materialismo histórico-dialético foram se aprimorando e seus estudiosos não deixaram de lado o princípio básico da dialética, que é a contradição

presente a todo o momento nas dimensões naturais e sociais, em constante movimento no que diz respeito ao produto e processo, entre objetividade e subjetividade etc., e este jogo contraditório é o que funda o contínuo movimento de ação e transformação (MARTINS, 2011). E é nessa perspectiva teórico-metodológica que a dissertação aqui apresentada irá ser construída e se dedicará ao estudo da dialética resistência e desistência junto com outras categorias de análise.

5.2. QUESTÕES DE MÉTODO – PROCEDIMENTOS DE COLETA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

5.2.1. O CONTEXTO E OS SUJEITOS PARTICIPANTES

Com o objetivo de identificar, do ponto de vista da dialética da resistência x desistência, como a população atingida pela construção da Hidrelétrica Mauá irá reconfigurar o seu modo de vida após a remoção da região em que morava e trabalhava, delimitou-se dentro dos objetivos da pesquisa o grupo que faria parte deste trabalho.

Esta escolha não foi algo dado de imediato, fez-se necessário entrar em contato com uma liderança religiosa da cidade que contou sobre os acontecimentos e indicou as pessoas-chave que estavam sofrendo e lutando para conseguir minimizar os impactos que o empreendimento estava causando em suas vidas.

Os atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Mauá são trabalhadores que estão distribuídos em quatro categorias: apicultores, pescadores, garimpeiros e agricultores familiares que praticam agricultura de subsistência.

Com o contato realizado, foi feita a tentativa de conseguir pelo menos um representante de cada categoria, porém isso não foi possível, pois os apicultores, por ser um grupo mais organizado, conseguiram negociar junto à empresa concessionária do projeto, levando a sua produção para outro local e recebendo a indenização. Já os garimpeiros são pessoas vindas de outros estados. Nesta categoria o *boca a boca* funciona como dispositivo de informação na localização de ouro e pedras preciosas, fazendo-os migrar com facilidade, por isso a dificuldade em localizá-los e conversar com eles. Quem se encontra na briga pela indenização não são os mergulhadores/garimpeiros e sim os atravessadores, os que se dizem donos

das balsas de garimpo, sendo que o principal dono deste segmento na cidade nem mora em Telêmaco Borba, mas em Curitiba.

Os pescadores possuem um líder: Sr. Leopoldo, que se uniu a uma Irmã (religiosa) e está na luta pelos direitos dos pescadores, tentando sair da invisibilidade e vir para o cenário do problema que os atinge, tentando mobilizar e garantir, minimamente, que os direitos dos pescadores sejam assegurados.

Por fim, foi possível conhecer uma senhora agricultora que vivia exclusivamente do rio e da terra, alimentava sua família com o que tirava do rio e de sua plantação, a dona Vitória.

E no desenrolar do convívio com a cidade, nas tentativas de fazer contato e contar a história dos atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Mauá, foram estes três protagonistas (Sr. Leopoldo, D^a. Vitória e a Irmã) que acolheram, entenderam os objetivos da pesquisa e aceitaram participar de seu desenvolvimento ao longo destes dois anos e meio de trajetória, vendo nesta pesquisa um espaço para mostrar que, mesmo com as dificuldades, aqui também seria um lugar para contar suas histórias e quem sabe assim, transformá-las.

5.2.2. PROCEDIMENTOS

O trabalho se iniciou com a pesquisa bibliográfica trazendo o cenário atual do tema, com trabalhos já publicados, fundamentações teóricas e conceitos que norteiam as pesquisas na área a ser estudada. O estudo foi desenvolvido a partir de conversas conduzidas de modo informal ou por meio de entrevistas abertas, fazendo uso de um diário de campo. Pareceu-nos que seria o instrumento de coleta mais adequado, no sentido de permitir colocações mais espontâneas dos sujeitos sobre o tema. Nesse sentido, entendemos que não se faria uso de um roteiro engessado, mas sim de questões mais amplas sobre o tema, sobre a história de vida de cada um, de forma que as colocações dos sujeitos se dessem de maneira própria e de acordo com as suas percepções sobre as mudanças que o empreendimento ocasionou em suas vidas. Por isso, a fonte dos dados da pesquisa será o discurso dos sujeitos produzidos na interação com a pesquisadora.

A pesquisadora participou de algumas das atividades dos atingidos pela UHE Mauá e fez registros que serão utilizados nesta pesquisa (acesso às ações em processos legislativos, mobilizações junto aos Poderes do Estado). Além disso,

serão analisadas as propostas e ações realizadas pelos movimentos sociais (no que diz respeito às mobilizações relativas ao enfrentamento desta problemática nos processos de indenização e negociação junto à concessionária).

A coleta de dados foi feita em três fases. Primeiramente, a pesquisadora chegou à cidade e ficou intrigada com uma faixa que estava fixada em frente à igreja matriz que dizia que o Rio Tibagi não poderia ser morto, que a água é para vida e não para morte. Sem entender do que se tratava, era época de Natal e, ao estar na cidade para comemorar as festas de final de ano na casa de familiares, ao retornar para a casa de sua tia perguntou-lhe sobre o que dizia a faixa e ela contou que uma religiosa (irmã) e a igreja estavam contra a construção de uma usina hidrelétrica. E desde então, foi dado o início ao que se tornaria o projeto de pesquisa e, por fim, a dissertação do mestrado.

Após a primeira visita feita na cidade, a pesquisadora retornou ao município de Telêmaco Borba nas férias de julho no ano de 2010, ainda não como aluna do programa de pós-graduação, apenas como aluna ouvinte no *Grupo de Pesquisa Trabalho e Ação Social* (NUTAS). Contudo, instigada pela curiosidade, procurou pela Irmã e apresentou o seu interesse pela problemática e, desde o primeiro contato ela foi muito solícita, contando sobre os fatos e possibilitando o início do trabalho de campo em conversas e coletas de depoimentos. Posteriormente a pesquisadora retornou em mais dois momentos, nos quais foram realizadas as conversas com o Sr. Leopoldo e D^a. Vitória. Outras pessoas também fizeram parte do percurso da pesquisa de campo e aparecerão vez ou outra na análise dos dados, porém os três sujeitos mencionados comporão o foco deste trabalho.

A coleta de dados aconteceu em conversas informais, visitas às casas dos sujeitos participantes, visita ao canteiro de obras da usina e, com o término da construção, um passeio de barco para ver o lago sendo formado, percorrendo toda a área a ser alagada. Nestes momentos, a conversa fluiu naturalmente e nesse contexto, foi possível resgatar toda a história de vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa. A entrevista ou *momentos de conversa* como optou-se por chamar foram todos gravados com a autorização e consentimento dos sujeitos. Para tanto, fez-se uso de um gravador e, posteriormente, todos os *momentos de conversa* foram transcritos.

5.2.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados obtidos com as entrevistas e *momentos de conversa* envolveu várias fases, com procedimentos delimitados, além da revisão e avaliação do modo como tudo isso seria feito.

O que nos orientou nessa fase de análise dos dados foram os pressupostos teóricos e metodológicos apresentados nos capítulos anteriores. Na medida em que fomos construindo a pesquisa e obtendo dados, fomos entendendo que os pressupostos teóricos e metodológicos deveriam dar conta de apresentar os problemas da pesquisa tentando descrever e interpretar os resultados obtidos. Assim, para a análise das entrevistas deveríamos ter em mente que dada a quantidade de material produzida no decorrer da pesquisa precisaríamos ter um procedimento que captasse no discurso dos sujeitos suas falas, que ilustrasse os objetivos desta pesquisa de forma a garantir alguns aspectos metodológicos que havíamos considerados fundamentais. São eles: análise qualitativa dos dados coletados, estabelecimento de categorias de análise *a posteriori*, perspectiva dialética de utilização da teoria.

Entendíamos que a análise dos resultados deveria se pautar por uma busca dos sentidos e significados dados pelos sujeitos da pesquisa sobre a dialética resistência x desistência e que deveríamos tomar cuidado para não apenas descrever a frequência de aparecimento de opiniões e ideias acerca desse tema. O que justifica também o uso do roteiro de entrevistas abertas e *momentos de conversa* para que as categorias aparecessem nas entrevistas e que outras categorias fossem construídas nessa relação a partir do discurso dos sujeitos.

Essa forma de se fazer análise só é possível dado o referencial teórico utilizado, no qual a dialética busca, a partir do empírico mostrado nas entrevistas e *momentos de conversa*, o concreto, as contradições, ou seja, por meio do exercício de orientação do teórico volta-se para a análise do empírico, produzindo novas leituras e interpretações.

Após a seleção dos dados que seriam utilizados como fonte de análise desta pesquisa, partiu-se para a leitura e releitura de todo material empírico (entrevistas e encontros), com leituras profundas, focadas nos objetivos desta pesquisa, a fim de identificar as categorias de análise que nortearão nossa leitura neste trabalho.

PRÉ-INDICADORES

1. NECESSIDADE DE PLANTAR.

“Só não pode mais plantar, arrumar a terra”.

“Aí não vai dar mais, vou perder tudo, vai se acabar”.

“Se eles não me derem esse pedaço de terra que tão me prometendo até outubro, eu vou até lá e vou preparar a terra pra plantar”.

“Na ilha nós plantava de tudo”.

“Agora pensa a senhora viver num meio lote? Olha pra cá é mundo e olha pra lá é mundo. Não tem onde você plantar um pé de nada, eu planto flor assim beirando a parede”.

2. DIFICULDADE PARA ENTENDER QUE TIPO DE ACORDO FOI FEITO ENTRE OS ATINGIDOS E O CONSÓRCIO (INGENUIDADE).

“Eu assinei tudo as folhas que me deram, só não lembro o que dizia porque quase não sei ler, frequentei só 45 dias de escola na vida”.

“Nós só assinamos um homem até leu pra nós. Mas eu não me lembro e até porque a gente não entende mesmo o que essas coisas falam, eu tenho o papel aqui”.

“Eu já assinei um monte de papel, eu acho que algum desses seja a escritura”.

“A gente é bobo nesse ponto, a gente não é esperto, porque tem gente que é esperto, mas eu sou jacu mesmo velho do meio do mato, não sei fazer essas coisas”.

“Então a gente não tem inteligência pra tá discutindo”.

“Como eu te disse a maioria é tudo gente simples que não tem nada, alguns não tem nem quem instrua eles”.

3. AS PROMESSAS DO ACORDO, A ESPERANÇA DE CONSEGUIR UM PEDAÇO DE TERRA; O ENTENDIMENTO DE QUE O CONSÓRCIO ESTÁ LHE FAZENDO UM FAVOR E NÃO REPARANDO DANOS.

“Aí eu disse pra eles que a gente fica contente com o que Deus manda pra gente, mas que eu estava triste porque eu fiquei sem plantar um pé de mandioca, um pé de couve, sempre acostumada com minhas plantas. Aí foi assim que eu consegui, ele (pessoa do consórcio) disse que ficou comovido com a minha história e que por isso ele ia me colocar no projeto para eu ganhar um pedaço de terra”.

“Veja o que fizeram, prometeram que iam me dar um caminhão para eu ir tirar minhas trainhas da ilha, não me deram, não me deixaram ir lá tirar, derrubaram meu barraco, cavaram um buraco na ilha e enterraram minhas coisinhas, tinha panela, coberta, colchão, minhas plantas, eu podia ter tirado as mudas das plantinhas que eu e o velho plantamos com tanto amor, enterraram tudo e agora água tapou tudo”.

“Além da parte do nosso terreno tem mais uma casa lá que é de uns homens, e o consórcio falou que eles não vão sair de lá, que vamos ter a escritura do terreno, mas vai ter mais aquela casa daqueles homens lá junto dividindo a terra com a gente”.

4. AS PROIBIÇÕES: AGORA NÃO SE PLANTA E NÃO SE PESCA.

“Agora na ilha nós não planta depois que começaram dizer pra nós que não podia plantar nós não cuida mais de lá, mas era tão bonito, você olhava e via tudo limpinho, tudo bonito. Agora tá virado numas quiçaça e agora também o rio tá cheio e tá difícil de ir até lá”.

“Nós estamos proibidos de pescar desde 2007 e não sabemos quando vão liberar a pesca, mesmo quando for liberada os peixes que tinham mais valor de venda não vão mais existir”.

“Plantar é o que eu e o meu velho sabemos fazer, você veja essa florzarada aqui, foi tudo eu e o velho que plantamos, plantamos até na beira da rua, no cascalho, onde tem um pedacinho de terra nós dá jeito de plantar”.

“Aqui onde nós estamos tem um açude, vai dar pra ter peixe para comer, mas não para vender e ganhar um dinheiro”.

“Sem poder pescar tivemos que aceitar o acordo do jeito que eles quiseram porque senão ia ter pescador que ia passar fome”.

“Na verdade a gente pode ir até a ilha, só não pode plantar, arrumar a terra”.

“Ah! É eu e a minha velha, onde nós acha um lugar nós planta, lá pra baixo onde nem nosso é, eu vou pro mato e planto alguma coisinha pra não passa fome também. Nós plantamos fruta beirando lá por baixo, eu tenho um cilindro de moer cana, porque eu achei espaço por aí e plantei cana pra moer”.

5. POUCA ESCOLARIDADE.

“Eu frequentei 45 dias de escola, me lembro muito bem disso, depois meu pai me tirou para eu poder trabalhar com ele”.

“Os pescadores são todos pessoas muito simples, muitos nem o nome sabe assinar”.

“Nós somos muito humilde, não entendemos o que eles dizem”.

“O pai não sabe nem escrever, tem que confiar”.

6. COMO É DEPENDER DO DINHEIRO PARA VIVER SEM TER O QUE COLHER.

“E o gosto do que se planta é diferente, tem outro sabor toda vida, o tempo que eu morava aqui na ilha eu acordava cedo, tratava as criação, fazia bolo pras criança, eu vivia à vontade”.

“Lá onde nós morava na beira do rio, sempre tinha peixe, tinha uma coisa ou outra pra comer, porque quando se planta tem de onde tirar né, e se precisasse de dinheiro era só fazer uma boa pescaria e vir pra cidade vender”.

“A gente nasceu e se criou na lavoura, não acostuma, não acostuma com miséria porque na cidade é a miséria porque se você não tiver o dinheiro você passa fome. E lá não, porque se você não tiver o dinheiro você come porque você plantou né? Lá nós criava porco, vendia. Aqui se nós quiser comer tem que comprar né?”.

“Só quando tem dinheiro que a gente compra”.

“Eu nem remédio precisava comprar, eu tinha o que você precisasse, o que você me pedisse eu ia lá e colhia e te curava, eu tinha minha farmácia atrás da minha casa, meu vô e minha vó eram índios aprendi com eles. Agora morando aqui é tudo na base do remédio da farmácia e só compra se tem dinheiro, se não tem fica com dor. E eu pra ir em médico eu não vou, eles nem olham pra cara da gente, a gente se sente mal, vou na farmácia e compro e me curo”.

7. NASCIMENTO DOS FILHOS.

“Toda nossa vida foi naquela ilha, até meus filhos eu tive eles lá. Eles todos eu ganhei dentro da ilha, o rio estava bem pertinho de casa. Tem muitas que tá com o filho na barriga e fica ui, ai e eu penso ‘meu Deus e eu que ganhava sozinha e ninguém ouvia um gemido’. Não fui de fazer escândalo com os meus filhos, e eu não queria que o velho visse, porque a gente é bobo, tem vergonha do marido, quando eu chegava bem na hora de ganhar eu dizia pra ele: ‘vai fazer um cafezinho e traz um chá de incenso (remédio/planta que alivia a cólica) pra mim’. Eu ia pra beira do rio, levava uma faca e lá eu tinha os meus filhos, só eu e Deus. Tive 13, mas 6 morreram. O velho está aí que não me deixa mentir e eu ia bem sozinha pro mato perto do rio pra ter os filhos, porque eu tinha vergonha do velho não queria que me visse, eu não dava um grito, ganhava bem quietinha”.

8. O DOM DA VIDA (ATIVIDADE).

“O dom da vida da gente é plantar, eu e o velho não sabemos fazer outra coisa, se me derem um pedaço de terra, você pode olhar pro meus braços, estão velhos, mas pra plantar para comer eles ainda têm força”.

“A vida na beira do rio não é fácil, tem dia que tá frio, a gente encaranga, dói as juntas, às vezes nem dá peixe, mas é o que a gente saber fazer, porque fizemos isso a vida inteira”.

“Nós criamos os filhos na beira do rio, fizemos nossa vida lá, eu ajudava o marido a remar, puxar rede, trabalhava junto”.

9. JOGOS DE PODER QUE DESAGREGAM O GRUPO E TENTAM COLOCAR A EMPRESA COMO BOAZINHA, AMIGA.

“É, a gente vai ter que ver bem certo quem tem documento de pesca, quem é pescador de verdade, porque quem pesca só por lazer e está aqui querendo receber alguma coisa, a gente vai ter que dizer que não é pescador”.

“Os pescadores que a associação indicou como pescador e além de indicar, ele teve que comprovar com documento que é pescador”.

“Teve pescador que ficou bravo comigo, porque eu não aceitei a primeira proposta que o consórcio fez, que era um valor muito baixo, eu não aceitei e hoje eu sei que ainda tem gente que fica brava comigo, porque demoramos mais para entrar em acordo e receber, mas eu achei uma afronta a proposta deles”.

“Os pescadores ficaram com medo de exigir mais, o consórcio nos pagou 40 mil, podíamos ter brigado por mais, mas ficaram com medo deles não nos pagarem nem os 40 mil, de ficarmos sem nada”.

“O que me derem tá bom, a gente que não tem dinheiro não adianta brigar com cachorro grande, manda quem tem dinheiro e os outros só obedece, é assim”.

“Como a irmã falou ele é um cara culto, um cara que ele procura resolver os problemas. Teve uma reunião e ele trouxe uma proposta do consórcio, ele falou que não se sentia bem em revelar qual era a proposta, a gente pedia 160 salários mínimos na indenização e o consórcio veio com 40. E ele se sentiu constrangido, ele falou isso pra nós” (se referindo à pessoa do consórcio que veio com a proposta de indenização).

10. A EMPRESA SÓ PENSA NELA.

“A Copel, ela quer indenizar só o pescador, mas ela esquece que tem a família que trabalhava junto e dependia daquilo. Ela, o máximo que ela quer se envolver é com os 20 pescadores, mas ela quer se esquecer que junto com estes 20 pescadores tem mais pessoas que são da família você pode colocar aí uma conta de 5 pessoas por família”.

“A Copel, ela não está nem aí, ela não quer saber dos outros, ela quer saber dela, ela não está nem aí, como já falei ela vai pagar, mas do jeito que nós faturávamos uma faixa de 20 mil por ano, 18 mil por ano, se viu minha casa lá, eu não trabalho em outra coisa, o meu serviço é a pesca, toda vida foi, nasci e me criei, nascido e criado na beira do rio Tibagi”.

“A intenção deles é assim, eu acredito que seja isso, vamos fragilizar eles, vamos judiando devagar, devagar porque já passou um ano e pouco e o processo está suspenso e eu sei que eles estão dando risada de nós, só que com isso vem a desunião, os pescadores ficam desacreditados, com medo de não receber nada, as contas chegam todo mês nas nossas casas. Os caras vão se fragilizando porque vê tanta coisa errada que eles pensam ‘não vamos fazer assim (lutar) porque senão eles vão fazer isso (maldade) com nós’”.

11. O ORGULHO DO TRABALHO; O APOIO DA FAMÍLIA PARA GARANTIR O SUSTENTO.

“É, minhas filhas me auxiliam nesse tipo de coisa, a gente se vira, a minha casa ali eu comprei com dinheiro de peixe, eu vendia pra mercados, aí eu sustentava o mercado barateiro de peixe, peixe da nossa região. Eu dei estudo para minhas filhas, tudo com dinheiro de peixe, elas me ajudavam a limpar, empacotar para vender, e hoje eu dependo delas para viver, porque com o salário mínimo que eu recebo não consigo viver”.

“Eu vim morar aqui com o pai e a mãe, depois que a mãe ficou doente, eu vim pra cá para ajudar”.

“Tem época que os filhos têm trabalho e aí eles ajudam a gente”.

12. O ENTENDIMENTO SOBRE O MAB.

“Esse pessoal do MAB vieram aqui falar com nós, mas eles chegaram pra nós assim ‘olha a chance que vocês têm de pegar uma grana boa aí, porque isso, porque aquilo...’, entendeu? Aí eu achei que eles estavam mal intencionados, querendo tirar proveito, que a gente tire proveito, entendeu? Aí eu falei ‘não, não é isso que nós quer, a gente quer só os nossos direitos e nada mais’. E eles tentaram explicar, mas sabe, nós não quer briga, a gente quer chance de ter nossos direitos reconhecidos e mais nada. Nós não queremos ficar rico em cima disso aí, nós queremos reconhecimento, querer reconhecimento é uma coisa, agora querer se aproveitar é outra, eu senti isso desse MAB. Que eles queriam que a gente tentasse tirar do consórcio o mais que a gente pudesse, mas a gente não acha que é assim, nos pague nossos direitos e tá bom”.

“Não nunca ouvi falar deles, eu nunca fui em reunião. Senão ali no sindicato dos trabalhadores e a gente tava meio retirado e a gente nem ouve direito e nem sabe o que eles falam lá. Nem sei o que venha a ser isso, esse negócio que você falou”.

13. DESCONFIANÇA FRENTE ÀS NEGOCIAÇÕES.

“Mas eu tô achando que eles estão querendo me passar pra trás, mas eu já disse que eu vou falar com o chefe da Copel porque ele prometeu pra mim”.

“Se não fosse o Ministério Público eu não sei o que seria de nós, o que eles (consórcio) teria feito, o promotor que brigou muito por nós”.

14. A BUSCA DE APOIO E FORMAÇÃO DE ALIANÇAS.

“Se não fosse a irmã nos ajudar, ela que foi a primeira, ela pra muitos pescadores como eu te falei, os que não tinham o que vender, ela deu até cesta básica pra muitos pescadores, ela alimentou várias pessoas e não só pescador, os atingidos em geral. Além da irmã, que apoiou na parte de alimento e moral e apoiando-nos moralmente, e juridicamente quem nos ajudou e entendeu nossa situação foi a Gabriela, da Pastoral da Terra. Ela é de Londrina, mas ela foi ferrenha, nos defendia com unha e dente e o Ministério Público também, o Dr. Sergio e a Manuela, antropóloga, ela que auxilia o Dr. Sergio. Sei lá, se não tivesse essas pessoas, de certo a gente ia ter que vender tudo aqui e morar em outro lugar, porque eu fui numa reunião que eu não me lembro se foi em Londrina, e uma pessoa do consórcio nos disse que talvez a melhor alternativa seria a gente ir embora daqui de Telêmaco, procurar outro lugar para morar. É, ele disse pra gente achar outro lugar que dá peixe e ir embora, tentar a vida em outro lugar, que ele podia ajudar com alguma coisa caso a gente aceitasse ir embora. Mas aí comentamos ‘a gente tem nossas raiz na cidade e não podemos ir embora! Eu tenho minhas filhas, minha casa, enfim as minhas coisas’”.

15. O SOFRIMENTO CONTADO E SENTIDO.

“É assim que passo, aqui (se referindo a morar na cidade)... Não... Não... (silêncio)... Aqui na cidade a gente morre aos poucos”.

“Ah, minha filha, aqui é só sofrimento, você vê, a gente é acostumado a criar, sempre acostumado a ter bicho, acostumado a ter ovos de galinha pra gente comer crioulo e ter porquinho, ter tudo porque você sabe na lavoura a gente tem condição de ter tudo aqui, a gente não tem condição nem de ter um coelho, nem um coelho que é fechado a gente tem condição de criar, ainda mais a gente de idade tudo fica difícil”.

“Eu preferia, sabe, ter que a minha ilha, que era do meu pai, ia continuar sendo minha do que receber 500 mil real porque lá nós tinha tudo, lá tinha o conforto, plantava, vivia tranquilo, pescava e criava e aqui na cidade tem hora que meus piá tem emprego, tem hora que falta emprego e lá nós sempre tinha o que comer, não passava necessidade, lá na ilha nem força tinha (energia/luz), mas nós vivia bem sem”.

“Eu não sei se lá na ilha pelo projeto deles se vai pegar água, eu acho que não pega, será que pega? Eles dizem que vai pegar e tem a questão da segurança, mas eu acho que a minha ilhinha nem vai afundar na água, desaparecer. Porque é muito longe lá da usina, mas pelo projeto deles, eles dizem que vai encher. Agora fica tudo na mão deles e eles podem fazer tudo como eles quer e nós obedecer”.

“É isso minha filha, eu sempre vivi com alegria, tranquilo, sempre nos finais de semana a gente não ia pro rio pra deixar as pessoas que também gostam de pescar ir pro rio e poder pegar seu peixe, gozar do seu lazer, se divertir no rio, então a gente não armava traia nenhuma e vinha pra casa comer um churrasco com a família, e hoje não tem isso, e pra nós de 2007 pra cá acabou tudo isso, faz 4 anos que não tem festa, não tem aquela alegria, a alegria aquela que eu quero dizer de você poder ir no açougue e comprar aquela carninha, fazer um churrasquinho com a família. A gente, todo final de semana como era antes, não pode mais, a gente de 2007 pra cá é só sofrimento e isso porque tenho minhas filhas que me ajudam e isso que já vendi metade do que eu tinha de coisas que eu adquiri na minha vida né? Então é difícil, mas então vamos tentar pra ver o que sobra pra nós”.

“Agora estou aqui, vendo esse mundão de água, dá para andar de barco, mas não é mais o Tibagi, o rio que nos deu alegria e sustento”.

“É difícil, mas sei lá, vamos ter que partir pra outro tipo de peixe quando o lago estiver formado e liberarem a gente pra pescar, nem sei que peixe que vai sobreviver lá. Aqui vai ficar a cabeceira do lago, vamos torcer pra que não destruam o rio pra cima, apesar de já ter projeto de construção de barragem aí pra cima né? Infelizmente vai ter muitas lágrimas pra frente, a gente prevê isso, porque eu tenho certeza que o Rio Tibagi vai ser destruído, eu tenho certeza disso. A única certeza que eu tenho, assim como a certeza que eu tenho que um dia eu vou morrer, eu sei que o rio Tibagi será destruído, né?”.

16. O FUTURO.

“Ah, minha vida daqui pra frente é daqui pra pior, pois você vê, a gente vai ficando mais velho, coisa mais difícil que é a gente ficar mais velho, a gente vai se acabando, porque vai entrando aquilo na cabeça da gente, eu acho que agora se eu tivesse um lugar que eles me desse pra poder plantar, pra poder viver, ficar me mexendo, daí a gente podia ser melhor o futuro, mas eu acho que jeito que tá, não dá pra pensar no futuro, eu acho que é isso, né?”.

“Eu quero explorar o turismo no lago da usina, já que eu conheço toda região, de repente posso levar pessoas para passear, para pescar quando for liberada a pesca, é essa a minha ideia, tenho sete barcos, tenho dois motores, com dois HP, comprei com o dinheiro da indenização, já pensando no futuro”.

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de plantar (1); • As proibições: agora não se planta e não se pesca (4); • Como é depender do dinheiro para viver sem ter o que colher (6). 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de plantar e pescar, viver da terra e do rio (1).
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade para entender que tipo de acordo foi feito entre os atingidos e o consórcio (2); • As promessas, o acordo, a esperança de conseguir um pedaço de terra; o entendimento de que o consórcio está lhe fazendo um favor e não reparando danos (3); • Baixa escolaridade (5); • Jogos de poder que desagregam o grupo e tentam colocar a empresa na condição de <i>boazinha, amiga</i> (9); • A empresa só pensa nela (10); • Desconfiança nas negociações (13). 	<ul style="list-style-type: none"> • As promessas feitas, nem sempre cumpridas e os jogos de poder nesse emaranhado, de um lado a vontade do capital e de outro, as necessidades e motivos de sobrevivência (2).
<ul style="list-style-type: none"> • O apoio da família para garantir o sustento (11); • O entendimento sobre o MAB (12); • A busca de apoio e formação de alianças (14). 	<ul style="list-style-type: none"> • A busca de apoio e formação de alianças, os movimentos sociais não conseguindo cumprir seu papel (3).
<ul style="list-style-type: none"> • Nascimento dos filhos (7). 	<ul style="list-style-type: none"> • A vida na beira do rio, ribeirinhos por essência (4).
<ul style="list-style-type: none"> • O dom da vida (atividade) (8). 	<ul style="list-style-type: none"> • Pescar e plantar: atividades de uma vida (5).
<ul style="list-style-type: none"> • O sofrimento contado e sentido (15). 	<ul style="list-style-type: none"> • O sofrimento contado e sentido (6).
<ul style="list-style-type: none"> • O Futuro (16). 	<ul style="list-style-type: none"> • O que esperar do futuro (7).

INDICADORES	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de plantar e pescar, viver da terra e do rio (1); • A vida na beira do rio, ribeirinhos por essência (4); • Pescar e plantar: atividades de uma vida (5). 	<ul style="list-style-type: none"> • A relação com a terra e o rio: atividades de uma vida.
<ul style="list-style-type: none"> • As promessas feitas, nem sempre cumpridas e os jogos de poder nesse emaranhado, de um lado a vontade do capital e de outro, as necessidades e motivos de sobrevivência (2); • O sofrimento contado e sentido (6). 	<ul style="list-style-type: none"> • Jogos de poder: as promessas e o acordo feito entre a empresa e os atingidos.
<ul style="list-style-type: none"> • A busca de apoio e formação de alianças, os movimentos sociais não conseguindo cumprir seu papel (3). 	<ul style="list-style-type: none"> • Resistir x Desistir.
<ul style="list-style-type: none"> • O que esperar do futuro (7). 	<ul style="list-style-type: none"> • O que esperar do futuro.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

“O Brasil já nasceu globalizado. Seus grandes ciclos agroexportadores, açúcar, tabaco, café, cacau, borracha, estruturaram uma economia centrada em mercados externos [...]. Na era presente da globalização planetária, o Brasil é veterano, conhece tudo”.

(DAWBOR, 2009, p. 8)

Desde muito tempo temos esta prática globalizada instalada em nosso país, ou seja, extraímos nossas riquezas naturais, exploramos territórios e expulsamos pessoas/comunidades. Desde sempre, estamos inseridos no mercado internacional assim como ele está inserido aqui através de empresas transnacionais ou empresas nacionais de capital estrangeiro e, dessa forma, fomos nos desenvolvendo por meio de uma economia.

A globalização mundialmente conhecida e reconhecida como processo que reproduz a desigualdade planetária – “e que leva à constatação do Banco Mundial, em 2007, de que são 4 bilhões os excluídos dos benefícios da globalização no planeta” (DAWBOR, 2009, p. 10), também faz suas vítimas por aqui. Infelizmente, compomos este número através de desequilíbrios regionais e sociais.

Tais desequilíbrios ganham corpo na pesquisa que apresentamos, na medida em que podemos identificar os impactos vividos pelos sujeitos de nosso estudo ao passo em que a obra avança e torna pública a ausência do Estado e da concessionária que o representa nas negociações junto aos atingidos da Usina Hidrelétrica de Mauá.

A pesquisa iniciou-se pela oportunidade de conhecer uma religiosa, representante da igreja católica, que possui uma história de militância e atuou junto aos atingidos da usina hidrelétrica de Itaipu. Na ocasião, falou-se sobre a construção da Usina Mauá e ela comentou:

[...] O nosso território está entre a sombra da exclusão, e nós temos que tentar divulgar esta situação, por isso precisa divulgar isso para fazer mais pressão sobre o consórcio, porque a usina está tirando pessoas da terra, impedindo de trabalhar, de plantar, toda parte de agricultura familiar está se perdendo (SIC).

Nesse momento da conversa, a Irmã foi questionada sobre o papel da prefeitura, se eles têm colaborado ou ajudado de alguma forma.

Eles não estão nem aí e dizem que nós somos meia dúzia de loucos que estamos contra o progresso, o turismo e o lazer. É muito triste não conseguir fazer com que vereadores, secretários da Prefeitura se envolvam nessa causa. E a única que faz alguma coisa, faz em favor da usina, é a secretaria de turismo que acha que vai dar lucro, que vai ser bom para o município. Eles estão contando que a usina será a salvação do Município, que vai dar emprego, hotel, comida, lazer e que a cidade vai crescer com isso (SIC).

A fala da irmã ilustra o que Santos (2001) muito bem elucida:

Tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem distante do poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe esse nexos das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade, já fortemente implantada no Brasil (p. 53).

As empresas chegam às cidades com pressa quanto à execução das obras. Com isso, instalam pânico e medo, não levam informação correta àqueles que serão atingidos. Ao contrário, na maioria das vezes, os atingidos são apenas comunicados sobre a urgência com que vão ter que sair de suas terras e casas.

Esse foi o caso do Sr. Genésio e da D^a. Florzinha. Eles moravam com um filho na *barranca do rio*, termo que eles usam para ilustrar a proximidade com o lugar. Sr. Genésio foi pescador a vida toda, D^a. Florzinha pilotava o barco e ajudava o Sr. Genésio a puxar a rede. O filho tinha outro barco e ia para lugares mais distantes pescar, mas todos viviam exclusivamente da pesca e da agricultura de subsistência. Quando ouvi a história deles, contada por outros pescadores, fiquei com vontade de conhecê-los, mas devido ao estado de saúde de D^a. Florzinha, achei melhor não visitá-los. Em julho de 2012, quando retornei à cidade, fiquei sabendo que ela estava melhor, pois já conseguia falar e andava com dificuldade. Ela mesma me contou o que aconteceu:

Eu só lembro que apareceu uma mulher e um homem na porta de casa, o velho estava por volta do rio, eu estava preparando o almoço, e eles me disseram que eu tinha um mês para ir embora da minha casinha e deixar a beira do rio, que eles iam começar a construir a usina e que a minha casa estava bem no lugar onde tudo ia começar e que eles iam me pagar R\$ 7 mil reais. Aí eu disse 'eu não vou sair daqui, ninguém vai me tirar do meu lugar'. E o homem me disse 'se a senhora não sair, a água lhe tira'. Quando foi ali três dias, senti minhas vistas se escurecer e sei que acordei no hospital e, de lá pra cá estou assim, na base de remédio e pedindo pra Deus pra melhorar ou me levar de uma vez (SIC).

D^a. Florzinha teve um acidente vascular cerebral (AVC), que pode ter acontecido por causas desconhecidas, mas, para ela e sua família, o fato está intimamente ligado com a ameaça de despejo e a forma brutal como a notícia lhes foi dada. A causa do problema de saúde, de acordo com o relato de D^a. Florzinha, “foi os nervos” (SIC), a angústia de saber que, em poucos dias, perderia aquela vida, aquela referência e, por uma quantia de dinheiro que, como ela mesma falou, “não daria para fazer nada” (SIC). Viver do quê? Comer o quê?

Diante deste relato, recorro ao estudo que Sawaia (2012) fez com mulheres faveladas, no qual escreve:

O tempo de morrer é caracterizado pela falta de recursos emocionais, de força para agir e pensar e pelo desânimo em relação à própria competência. É um autoabandono aos próprios recursos internos e a consciência de que nada se pode fazer para melhorar seu estado. É a cristalização da angústia (p. 159).

Esse comportamento revela o momento em que D^a. Florzinha não viu mais alternativas para a sua vida e, ao que parece, só restou desistir. E, essa desistência foi até da própria vida, afinal, os sentimentos experimentados por ela revelam que a depressão veio acompanhada de um sentimento de inutilidade, indignidade e desqualificação, pois ter vivido ali durante toda a sua vida não tinha mais valor algum.

O sentimento de falta de valor vivenciado por D^a. Florzinha é real, ele existe e é reproduzido a todo momento em vários cantos do planeta. Esse sentimento de tensão faz parte dessa cultura do medo que está instalada em nossa sociedade. E esse medo não é o medo da violência das cidades, do bandido que mata. Mas sim o medo de tornar-se coisa alguma, fazendo uso das palavras de José de Souza Martins (2002):

[...] o medo de se tornar ninguém e coisa alguma, de ser descartado e banalizado, o medo daquilo que não se vê. Isso é fato, por inteiro, a exclusão social. E esta exclusão não diz respeito à pobreza material. A pobreza nem sempre é exclusão e a pobreza de fato excludente é apenas o polo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas, descartadas porque já não conseguem submeter-se à contínua ressocialização que delas faz apenas objeto de um objeto, instrumento de um processo social de produção de riqueza que passou a usar pessoas como se elas fossem apenas matéria prima da coisa a ser produzida, como se fossem objeto e não mais sujeitos (p. 20).

A comunicação da construção da Usina e, conseqüentemente, a partida do local de sua vida e a incerteza acerca do teto e do trabalho constituem parte de uma gama de experiências dolorosas vivenciadas por D^a. Florzinha e sua família.

A indignação com a história de D^a. Florzinha não ficou restrita somente à família dela, a Irmã ficou sensibilizada e recorreu ao Ministério Público, contou com a ajuda da *Pastoral da Terra* que, através de uma representante, passou a conversar com os atingidos e com o promotor responsável pelo caso. Foram feitas orações para que D^a. Florzinha se recuperasse e, independente do motivo ou explicação médica sobre o problema, o sentido dado ao adoecimento foi a pressão que eles receberam por parte do consórcio, a forma como ela e sua família foram

abordadas, todo incômodo e sentimento de insegurança que ficou marcado, tanto para a sua família quanto para os pescadores que acompanharam tudo de perto. Tendo em vista as pressões sofridas pelos atingidos e as denúncias feitas, o Ministério Público enviou uma analista pericial que fez o seguinte registro:

Ao escutar as narrativas dos moradores que correm o risco de serem atingidos, o que se nota é que impera na região um clima de medo e insegurança quanto ao futuro e uma enorme pressão psicológica, especialmente sobre os mais velhos, para que abandonem seus modos de vida e aceitem se adequar às novas realidades que os responsáveis pela UHE Mauá garantem que trarão para a região³.

Os atingidos sofreram todo tipo de pressão para desocupar suas terras e aguardar a avaliação do consórcio para lhes dizer quanto valia sua propriedade e depois receber a indenização. Os pescadores que possuem cadastro junto ao Ministério da Pesca receberam ajuda do Ministério Público, que interveio nas ações da empresa concessionária da obra e solicitou que estes trabalhadores recebessem um salário mínimo por mês até que todos os estudos e negociações chegassem a um acordo.

Histórias como a de D^a. Florzinha e de outras pessoas que foram atingidas atravessaram o percurso desta pesquisa: histórias de trabalhadores que apenas desejavam seguir trabalhando para subsistir, tendo garantida a sua dignidade nesse processo e jamais serem vistos como um empecilho ao progresso e desenvolvimento, pois esta é a ideia vendida quando da chegada das empresas nas cidades e o sofrimento destas pessoas não é considerado. Aos olhos de quem não é atingido, ele parece nem existir.

O discurso desenvolvimentista é utilizado a fim de propagar uma noção de bem-estar e melhorias na qualidade de vida para ser validado para que o capital continue avançando e ampliando seus territórios. E nos faz de telespectadores de um processo de exclusão que possui uma nova roupagem, tem um sentido modernizado, mas que afeta a todos. Uns são afetados no seu direito do que seria básico para viver minimamente com dignidade, outros porque este modelo que se propaga sob a bandeira do desenvolvimento lhe tira a condição da certeza, do devir, passam a viver à margem da incerteza quanto ao próprio futuro, dos seus filhos e

³ Retirado dos autos do processo N. 2006.70.01004036-9 do Ministério Público de Londrina, 2007.

netos. Tudo isso num processo de desumanização que lhes tira qualquer possibilidade de sonhar, pois sem trabalho, sem teto e sem garantias de direitos, nem a mais humilde esperança lhes faz companhia.

6.1. A RELAÇÃO COM A TERRA E O RIO: ATIVIDADES DE UMA VIDA

O trabalho relacionado ao ato de plantar e pescar é a atividade que garante o sustento de muitas famílias na região. E esta atividade está presente em toda vida de D^a. Vitória, que morava em uma ilha com seu esposo e um neto e recebia a visita dos filhos e outros netos aos finais de semana.

Eu comecei a trabalhar desde os sete anos, ajudava meu pai, tanto que eu me lembro, tenho contadinho os dias que eu fui para escola, frequentei só 45 dias de escola, depois meu pai me tirou para trabalhar com ele, eu tinha os bracinhos pequeninhos e já carregava as ramas de mandioca, moía milho pras galinhas, ajudava a puxar água, fazia essas coisas (SIC).

D. Vitória é casada com Sr. José, que tem uma perda auditiva significativa. Ao chegar em sua casa para uma primeira visita, chamou-me a atenção a figura de Sr. José com uma enxada na mão procurando espaço entre o cascalho da rua e a terra para plantar. A casa humilde que eles têm na cidade está coberta por plantas, não existe um único espaço onde não se tenha planta, em um pequeno terreno na cidade localizado em um bairro que é considerado periferia.



Figura 1: Casa de D^a. Vitória e Sr. José (Fonte: Acervo Pessoal)

Observando o modo de vida de D^a. Vitória e Sr. José, é possível ter uma dimensão do que a construção da usina causou em suas vidas: não se trata apenas de perder um pedaço de terra e receber indenização por isso, mas sim na mudança da base produtiva, na extinção de um modo de vida e a perda da atividade.

Furtado (2009) defende que a atividade enquanto ato criativo, que faz parte do trabalho na vida dos sujeitos, oferece a organização objetiva da vida material dos homens. Desse modo, ao modificar esta base de existência dos homens por meio da mudança ou extinção da atividade, significa alterar sua organização subjetiva.

Se antes D^a. Vitória era proprietária da terra, morava na área rural, tinha sua atividade voltada para a pesca e o plantio, agora ela deverá se adaptar à vida na cidade e depender de dinheiro para garantir sua sobrevivência. A relação que ela tinha com o dinheiro antes de perder a sua terra não era imediata, mas sim, secundária. O modo de vida rural que ela tinha permitia que ela plantasse, criasse vaca, galinha, tivesse frutas em seu pomar e plantas que usava como remédio. Enfim, ela tinha toda uma configuração de vida que a partir de agora não terá mais. D^a. Vitória tem suas raízes fincadas na terra, toda sua sabedoria está impregnada de saberes e costumes tradicionais que serão arrancados dela, sem que ela possa se defender.

Eu nem remédio precisava comprar, eu tinha o que você precisasse, o que você me pedisse eu ia lá e colhia e te curava, eu tinha minha farmácia atrás da minha casa, meu vô e minha vó eram índios, aprendi com eles. Agora, morando aqui é tudo na base do remédio da farmácia e só compra se tem dinheiro, se não tem, fica com dor (SIC).

O estilo urbano de vida entra em choque com o seu saber tradicional, esse modo de vida urbano não combina com o estilo de vida que ela tinha quando morava na ilha. Para que ela possa se adaptar a este novo modo de vida, ela vai precisar reorganizar sua subjetividade por conta da alteração de sua atividade (base objetiva), por isso o relato de sofrimento se apresenta a todo instante:

Deus o livre, agora pensa a senhora viver num meio lote? Olha pra cá é mundo e olha pra lá é mundo. Não tem onde você plantar um pé de nada, eu planto flor assim beirando a parede. A gente que é acostumado com terra, sofre viver assim. Ali na ilha nós vivia tranquilo, nós plantava, nós criava. Eu não gosto de viver na cidade, a gente nasceu e se criou na lavoura, não acostuma, não acostuma com miséria porque na cidade é a miséria, porque se a senhora não tiver o dinheiro a senhora passa fome. E lá não, porque se você não tiver o dinheiro você come porque você plantou, né? Lá nós criava porco, vendia. Aqui, se nós quiser comer tem que comprar né? O gosto do que se planta é diferente, tem outro sabor toda vida, o tempo que eu morava aqui na ilha, eu acordava cedo, tratava as criação, fazia bolo pras criança, eu vivia à vontade (SIC).

Na fala de D^a. Vitória pode-se perceber que o fato de relatar seu sofrimento de maneira objetiva não é por si só suficiente para lhe alimentar a coragem para transformar essa realidade. Ela está nos contando como é viver na cidade, longe do campo. Mas nem por isso mostra sinais de força para transformar esta situação, ela pensa, reflete sobre tudo que está acontecendo, mas se coloca numa postura de resignação.

Sawaia (2012) vai explicar que esse estado de paralisação diante das injustiças sofridas acontece por causa do

[...] sofrimento ético político que retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (p. 106).

O relato de sua atividade/trabalho possibilitou à D^a. Vitória uma reflexão sobre tudo que está acontecendo, fez com que ela resgatasse a história da ilha, o que aquele pedaço de terra representa em sua vida, um fato objetivo revela-se no subjetivo em forma de conteúdo psíquico. A consciência aqui aparece como descrição da situação vivida, no momento em que D^a. Vitória conta como a vida mudou, como era ter ovos, leite e frutas para poder fazer bolo e suco para esperar os netos que vinham visitá-la. Os netos continuam visitando D^a. Vitória, só que agora a avó precisa de dinheiro pra comprar os ingredientes para preparar o bolo e ter um refresco para oferecer. O novo modo de vida imprimiu esta necessidade para ela, antes ela não tinha dinheiro, mas tinha os produtos que produzia em sua

propriedade, e agora continua não tendo dinheiro, mas também não tem o leite, os ovos e as frutas para garantir, sequer, um bolo em sua mesa.

Ao descrever esta situação, ela fala como a vida está difícil, como ela está sofrendo por algo que se perdeu em meio às negociações entre ela e o consórcio. Ela recebeu R\$ 24 mil reais pela ilha/terra, o dinheiro já acabou e ela não tem mais nenhuma plantação, nem animais para garantir o leite, a carne e nem o rio para lhe dar o peixe. Porém, ela não consegue fazer uma análise crítica da situação vivida. Dessa forma, pode-se dizer que a consciência de D^a. Vitória é uma consciência fragmentada, ela não consegue elaborar, pensar a situação que está vivendo com todos os elementos constitutivos desta realidade, no sentido de transformação, de resistência. A inferência que se faz é que ela possui consciência do seu *desvalor*, do não reconhecimento social e das injustiças que está sofrendo, por isso resignar-se e desistir de lutar por seus direitos é o que ela aceita como sendo a única alternativa que lhe resta, pois é a única alternativa que ela enxerga.

Pode-se aqui, fazer a seguinte interpretação: D^a. Vitória, nas entrelinhas, está nos dizendo que a empresa lhe tirou a condição de viver no campo. Este sofrimento representa que ela não tem mais as condições de vida que tinha antes, as quais lhe davam um estilo de viver que ela considerava confortável. Aqui ela não nos diz claramente que foi a empresa que lhe tirou isso, mas já dá sinais de que sabe quem é o responsável por esta situação.

Estamos diante de uma situação objetiva e não apenas uma interpretação subjetiva. Objetivamente, foi uma negociação entre a empresa e D^a. Vitória: a empresa lhe impôs uma quantia em dinheiro, isso entrou no acordo e D^a. Vitória o aceitou, mesmo que esta negociação tenha sido feita de maneira desigual. Afinal, a empresa conta com seus assessores jurídicos e toda uma equipe de consultores que faz estudos e delimita o valor da indenização dentro de uma visão patrimonialista, ou seja, tem valor aquilo que é material, o que é simbólico não é contabilizado.

Nas visitas à casa de D^a. Vitória, conversávamos sobre assuntos diversos e, principalmente, sobre as mudanças com a construção da UHE Mauá. Sr. José mostrava-se sempre inquieto, andando de um lado para outro, aproximava-se e depois se afastava, mas nunca conversava. Segundo D^a. Vitória, ele ficava irritado por não poder participar da conversa em razão do problema de audição, até que um dia, sentou-se ao meu lado e disse:

Eu não gosto de morar na cidade, eu gosto de morar nos matos, fui criado sempre no mato e não tem jeito de gostar da cidade. A gente fica muito parado na cidade, a gente que é acostumado a trabalhar nos mato não vive bem aqui, eu quero voltar pro meio do mato, isso que eu quero. Eu preferia saber que eu ainda era dono da minha ilha que era do meu pai, do que receber 500 mil real, porque lá nós tinha tudo, lá tinha o conforto, plantava e vivia tranquilo, pescava e criava os bichos, e aqui na cidade tem hora que meus piá têm emprego, tem hora que falta emprego e lá nós sempre tinha o que comer, não passava necessidade. Agora fica tudo na mão deles (se referindo ao consórcio) e eles podem fazer tudo como eles quer e nós só obedecer (SIC).

A fala do Sr. José revela o quanto o valor financeiro não é o que realmente importa. Ele sente a perda daquele pedaço de terra que fez parte de sua infância, que faz parte de sua história, pois aquele era o pedaço de terra que seu pai havia lhe deixado como herança e que agora, forçosamente, ele teve que vender.

Marx (2011) argumenta que

[...] a forma preço não só admite a possibilidade de divergência quantitativa entre magnitude de valor e preço, isto é, entre magnitude de valor e sua própria expressão em dinheiro, mas também pode esconder uma contradição qualitativa, de modo que o preço de ser expressão do valor, embora dinheiro seja apenas a forma do valor das mercadorias. Coisas que, em si mesmas, não são mercadorias – por exemplo, honra, consciência etc. (p. 130).

Assim, vemos este sistema econômico transformar tudo em mercadoria, mas esta mercadoria tem valor pelo valor de troca, o que vale é a terra e nada mais. Os laços afetivos, o sentimento de pertencimento àquele espaço não entra nesta conta que acompanha o valor de mercado, ou seja, o preço do patrimônio em si. Em meio a estas contradições do desenvolvimento, vimos avançar um sistema econômico e tecnológico irregular, incompatível com o desenvolvimento social e com a preservação ambiental.

6.2. JOGOS DE PODER: AS PROMESSAS E O ACORDO FEITO ENTRE A EMPRESA E OS ATINGIDOS

Ao voltar à cidade, fui até a casa de D^a. Vitória, fizemos um café, levei bolo e pães para passarmos a manhã conversando. Era uma manhã fria de inverno do mês de julho. Ao chegar em sua casa, preparamos o café e nos sentamos na área que fica do lado de fora. Entre muitas conversas, ela me contou sobre os filhos e netos, que estavam todos bem. Foi quando me lembrei de que no ano anterior, D^a. Vitória havia me dito que tinha colhido quatro sacos de café e que eles estavam secando lá na ilha para depois serem moídos e consumidos. Quando a indenização foi paga, o consórcio proibiu D^a. Vitória e Sr. José de voltarem na ilha, pois alegavam que, por conta da obra, o local estava perigoso, que o rio poderia encher de repente. Foi quando ela relatou:

O chefe da Copel me disse que enquanto não encher o lago, eu posso ir até a ilha tirar a plantação, foi isso que o chefe da Copel me disse. Ele me deixou ir lá tirar minhas mudinhas. Só depois que tiver em perigo de encher nós vamos avisar e daí vamos dar o carro pra ir buscar o que a senhora tem lá, foi isso que eles me disseram (SIC).

E o que de fato aconteceu...

Só que eu ainda sinto porque eles não me deixaram tirar minhas trainhas de lá, minhas coisinhas. A gente se sente mal, né? Podiam pelo menos avisar e deixar a gente tirar nossas coisas. Agora, foram lá e fizeram o que fizeram e nem disseram nada. Você vê, eles falam tanto pra gente proteger a natureza, a gente que não tem estudo, mas sabe que isso é importante, até porque a gente gosta da natureza. E você vê, eles foram lá e acabaram com tudo, com as nossas jabuticabeiras, com todas as nossas árvores que eu e o velho plantamos com tanto amor. Mas para eles ganharem dinheiro, daí não existe natureza. Veja o que fizeram, prometeram que iam me dar um caminhão para eu ir tirar minhas trainhas da ilha, não me deram, não me deixaram ir lá tirar, derrubaram meu barraco, cavaram um buraco na ilha e enterraram minhas coisinhas, tinha panela, coberta, colchão, dois barcos, minhas plantas, dois sacos de café que estava seco, eu podia ter tirado as mudas das plantinhas que eu e o velho plantamos, enterraram tudo e agora água tapou tudo (SIC).

D^a. Vitória, ao falar sobre a negociação, nos mostra o quão frágil se sente perante esse ente poderoso que é a empresa. Ela acredita que a empresa detém muito poder e com isso, se coloca numa condição de aceitação, um pensamento fatalista. Esse tipo de pensamento se revela através da ideologia dominante que a tira da condição de sentir-se fortalecida, de apropriar-se do que é mais sagrado, que

é a sua história e seu modo de vida – atropelado por um projeto que faz parte da infraestrutura social onde o governo está a serviço dos projetos de desenvolvimento de crescimento do país.

Ela fez o acordo, aceitou receber o dinheiro da indenização, mas agora não tem mais aquela terra que era da família que passou de uma geração à outra e que traduzia um modo de vida e a história daquelas pessoas. Ela entendeu a negociação, mas não percebeu todo o mecanismo de usurpação dos seus direitos. Perdeu sua terra, sua atividade, suas coisas, recebeu uma indenização pela terra e acredita que poderá receber outro pedaço de terra porque uma pessoa da empresa, segundo palavras dela, *se comoveu* com a sua história.

D^a. Vitória não se coloca enquanto sujeito ativo desse processo. Em sua fala sempre aparece *eles*, se referindo às pessoas da empresa responsável pela obra. Ela não tem o entendimento dos motivos desta obra, quais são os interesses, que isto faz parte de um programa do governo federal para que o país cresça e se desenvolva.

Todavia, isso não significa que ela seja ingênua ou que não tenha conhecimento do que está acontecendo. O que existe é uma crença de que as coisas vão continuar como estão. Essa tendência conservadora pode ser chamada de inércia psicológica e isso ocorre em muitas circunstâncias na vida das pessoas.

O que D^a. Vitória sente é a perda do modo de vida. Quando ela diz “agora eu não tenho a vaca, a galinha”, ela está evidenciando a contradição, pois sua fala mostra o quanto ela se negou. Ela negou o direito de ter direito de continuar com aquelas terras ou de, ao menos, garantir uma terra melhor, adquirir uma condição melhor. Tudo isso nos remete à alienação, a qual a faz ficar alheia dos seus direitos e do entendimento do que tudo isso acarreta para vida dela e de sua família. E esta contradição relatada por D^a. Vitória revela a perversidade do sistema e a forma como as negociações são feitas. Não significa colocar D^a. Vitória em uma condição inferior, mas mostrar como o jogo é feito, como as peças são colocadas.

Quando ela vai contando e repetindo essas falas, num dado momento diz:

Mas eu estou achando que eles estão querendo me passar pra trás, mas eu já disse que eu vou falar com o chefe da Copel porque ele prometeu pra mim (SIC).

Mesmo nessa fala, onde D^a. Vitória parece se dar conta de quem são *eles*, o *e/les* permanece na condição de que se pode confiar, se prometeram é porque vão cumprir, só resta esperar.

Quando D^a. Vitória faz seus relatos e as lágrimas vêm, revelam que para ela só resta isso mesmo, sentar e chorar, pois não há o que fazer. O sentimento de impotência está presente o tempo todo e retrata o sentimento dos atingidos que se sentem diminuídos, pois é assim que eles enxergam a empresa, como a representação real do poder e, todas estas representações sociais de poder vão sendo construídas também na consciência desses sujeitos. A cultura da confiança é outro elemento muito presente: se eles prometeram, nós temos fé de que eles vão nos dar.

A alienação reproduz a ideologia dominante porque ela tira o sujeito desse cenário de agente de transformação e o coloca como agente passivo, que entende ser *natural* esse tipo de acontecimento social que destrói seu modo de vida, por exemplo. Ao tirar esses episódios da esfera social e histórica e naturalizar esses acontecimentos, caímos no julgamento dos fatos. Com isso, a consciência é reificada, ou seja, sofre um processo de transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam como seres humanos ativos, mas de acordo com as leis do mundo das coisas.

Vale citar Kahhale e Rosa (2009):

Instaura-se, portanto, que o princípio de que a vida social é regida e dominada por leis que são naturais e invariáveis. O estado de coisas existentes é constatado como natural, necessário, inevitável e produto de leis invariáveis. [...] Deste modo, a vontade humana não poderá interromper o curso dos fenômenos sociais, como não o pode fazer em relação aos fenômenos naturais, e as revoluções são tomadas como impossíveis (p. 49).

Assim, a concepção de que somos seres sociais e históricos fica esquecida sob o pensamento a-histórico em relação à sociedade e as coisas da vida.

Nas palavras de Tassara (2007),

Designa-se uma Nova Ordem Mundial à nova realidade emergente das relações políticas e econômicas internacionais contemporâneas. Nela, as humanidades da Terra percebem-se vivendo em um sistema mundial de produção de mercadorias, articulado e em movimento, do qual as economias desenvolvidas, subdesenvolvidas, socialistas e capitalistas fazem parte. [...] Além, disso, essa Nova Ordem Mundial vem significando também uma explosão da miséria, da desordem, da exclusão e da fragmentação em determinados pontos do mundo (p. 05).

E assim ficam algumas perguntas: Como resistir? Como criar uma rede de solidariedade que derrube esse pensamento hegemônico que compreende as sociedades humanas desiguais como naturais? Como podemos nos organizar para pensarmos em propostas alternativas a esse modelo que nos leva à submissão às suas normas? Como combater essa Nova Ordem Mundial?

A mim, fica apenas uma constatação: enquanto o capital estiver em franco processo de expansão, não temos muitas alternativas a não ser a de se pensar em propostas de desenvolvimento onde os humanos sejam tratados como humanos, tenham voz e sejam convidados a participar desse processo.

D^a. Vitória segue contando como as negociações e conversas foram acontecendo ao longo do caminho:

Foi assim que eu consegui, ele (pessoa do consórcio) disse que ficou comovido com a minha história e que por isso ele ia me colocar no projeto para eu “**ganhar**” um pedaço de terra (SIC).

A palavra *ganhar* está destacada para ilustrar o quanto D^a. Vitória não compreende que a empresa não está lhe dando a terra, a empresa está cumprindo com a obrigação de garantir os seus direitos.

Segundo Vera Telles (1990 apud SAWAIA, 2012, p. 24), “a estigmatização da pobreza funciona através da lógica que faz os direitos serem transformados em ajuda, em favores”.

Por mais que se tente explicar aos atingidos que eles possuem direitos e que o consórcio não está ali para fazer o papel do *bom velhinho*, fica difícil romper com a ideologia que está impregnada em nossa cultura que é uma cultura do apadrinhamento, da subalternização. A cultura do *favor* se apresenta aos excluídos e subordinados como um *favor* das elites dominantes (CARVALHO, 1995 apud SAWAIA, idem).

6.3. RESISTIR X DESISTIR

De acordo com Antônio Sousa Ribeiro (apud BENINCÁ, 2009, p. 209) “toda resistência é um ato determinado pelas relações de poder dominante”.

Quem resiste precisa encontrar brechas dentro do sistema capitalista, que tem como característica um perfil explorador, excludente, que atua na lógica da ideologia imperialista e colonizadora. Por isso, tentar romper esta barreira econômica e alcançar o objetivo que consiste em conseguir organizar estas pessoas e fazer com que elas transcendam da condição passiva, ou seja, saiam da condição de *coisa* ou meros objetos para a posição de atores sociais, ativos e determinados a mudar sua história. Esta não é uma tarefa fácil e simples de resolver, porque esbarramos na cultura da confiança, da subalternidade, na ingenuidade e outros obstáculos que impedem as pessoas de se mobilizar e lutar por seus direitos (BENINCÁ, 2009).

Na luta para garantir o uso da terra e do rio, foi realizada uma parceria entre o *Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL)*, a *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*, o *Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)*, a *Organização Não Governamental Liga Ambiental*, o *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telêmaco Borba*, a *Paróquia Nossa Senhora de Fátima* e o *Centro de Promoção Humana* para a organização de uma cartilha de estudo e organização intitulada *Frente de Proteção ao Rio Tibagi*.

Esta cartilha possui um livreto com informações sobre a construção da UHE Mauá publicada em forma de novena que foi realizada nas comunidades católicas das cidades atingidas pela construção. Este encontro de mobilização e oração foi feito em quatro encontros e trazia os seguintes temas: 1. Água, fonte de vida – conheça as verdades e mentiras sobre a barragem do rio Tibagi e lute por seus

direitos; 2. A luta contra as hidrelétricas; 3. Em defesa do rio Tibagi; 4. Hidrelétrica de Mauá: fraudes, crimes e ameaças (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010).

A novena foi uma forma de tentar mobilizar e sensibilizar as pessoas quanto às verdadeiras consequências nas comunidades com a construção da usina. Foi uma tentativa de ir contra o movimento pró-barragem que a empresa e prefeitura vinham fazendo.

O sociólogo Manuel Castells (2003) diz que

[...] a identidade de resistência é constituída por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. A trincheira de resistência ou identidade defensiva dos oprimidos torna possível a manutenção, o resgate ou a conquista de direitos, o que, em última análise, significa a sobrevivência enquanto indivíduos e a afirmação de cidadania. A identidade de resistência, formada em meio aos conflitos, pode se tornar em identidade de projeto (pp. 4-5).

Os movimentos de resistência organizados pela religiosa visavam formar esta identidade nos atingidos pela barragem e pela comunidade de modo geral. Mas enfrentar o sistema capitalista com seu perfil sedutor que vende a ideia do progresso, das benesses que têm a oferecer, depende muito da inteligência e papel articulador de quem está por trás do movimento contra a barragem para conseguir mobilizar pessoas e ocupar as brechas deste sistema que se mostra tão forte e poderoso, sendo esta uma tarefa nada fácil de ser levada adiante.

Paralelo ao movimento feito pela religiosa e outras entidades, no município de Ortigueira, que fica a 60 km de Telêmaco Borba, uma emissora de rádio começou a fazer um programa matinal às 11 horas da manhã falando sobre as vantagens que as cidades e os munícipes teriam com a construção da barragem, o horário do programa não poderia ser melhor, pois é o momento em que as donas de casa estão preparando o almoço, portanto, a audiência é boa.

Para que se possa ter dimensão do que esta propaganda desenvolvimentista causa na vida das pessoas que recebem as notícias da obra como algo positivo, segue um relato curioso ocorrido na casa de D^a. Vitória:

Conversávamos sobre as últimas novidades sobre o terreno que o consórcio estava disponibilizando para ela voltar a plantar e pescar, falávamos sobre a desumanidade com que as coisas eram feitas e explicava a ela que aquele pedaço de terra era um direito e que ela não precisava agradecer a ninguém da empresa, quando o neto entra na casa e pergunta:

– Quem é essa, vó?

– Ela não é do consórcio, ela faz uma pesquisa e quer saber como que o consórcio está tratando a vó.

– Ah, vó. A usina é boa, tem um monte de amigo meu que tá trabalhando lá. Vai fazer a cidade crescer, vai ter turismo, é o que todo mundo tá falando (Diário de Campo, 2012).

O neto de D^a. Vitória faz parte de outra geração, que quer consumir, quer ter dinheiro para comprar roupa, telefone celular e outros produtos que fazem parte dos objetos de desejo do consumo, o neto está falando do mundo moderno. E o discurso do desenvolvimento é extremamente sedutor para este rapaz. Ele é facilmente capturado pela ideia de que desenvolver é crescer, é talvez ver a cidade de Telêmaco Borba como uma cidade grande com shopping, prédios e todos os signos da modernidade. Todos esses signos compõem um quadro de alienação que faz parte do mundo deste e de outros jovens que almejam o novo, o diferente.

Diferentemente dos avós, que não conseguem se adaptar a esse novo mundo, por isso eles sofrem. Para os avós, felicidade é ficar lá na terrinha, ficar enraizado, é ter posse do seu espaço, ter seu trabalho e seu modo de vida garantido. O conflito encontra-se entre estes dois modos de vida, e neste conflito o modo de vida dos avós está fadado ao desaparecimento. Portanto, como resistir à força do novo que chega de forma abrupta? Trata-se de uma dimensão subjetiva do capitalismo que invade mentes e corações dos jovens.

Esses novos tempos imprimem um modo de pensar que ignora as populações rurais, as colocam sob o ponto de vista do atraso, desconsideram seus códigos de conhecimento e sua própria concepção de destino.

Para Martins (2002):

Não raro o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse dos estudiosos pelo “lado negativo”, por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Não por aquilo que as populações rurais eram e sim por aquilo que os estudiosos gostariam que elas fossem [...]. Tais estudos não evidenciavam os efeitos destrutivos e perversos que, não raro, a modernização acarreta, tais como: desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento (p. 220).

O mesmo autor segue relatando que o deslocamento de famílias da área rural para as cidades de forma desordenada revela uma modernidade anômala, que afeta estas pessoas que passam a tentar reproduzir na cidade seu modo de vida, seus costumes e, ao não conseguir reproduzir tal modelo, passam a viver uma espécie de agonia sem fim.

O jogo de poder da empresa não acontece só pela força, mas pelo jeito que ela o faz, limitando, diminuindo, dividindo opiniões e tirando forças. A empresa seduz tanto que suprime o conflito. Ao ouvir os relatos, não se encontra um fragmento de resistência. A única pessoa que se manteve forte no propósito de criar um sentimento de comunidade e união pelo mesmo objetivo, ou seja, de lutar pela garantia de direitos, foi a religiosa. Ela quem articulou os pescadores, pediu ajuda ao Ministério Público e chegou a contatar um empresário da cidade que também foi atingido. A propriedade deste empresário era de 400 hectares e foi alagada, fazendo-o entrar em conflito com o consórcio em relação ao valor a ser pago em sua indenização. A Irmã, sabendo disso, contactou-o e apresentou-lhe a situação de insatisfação do grupo, pedindo a sua ajuda para que os pescadores e todos os atingidos pudessem participar das audiências públicas que eram feitas em outras cidades. O empresário patrocinou algumas viagens para que todos pudessem reivindicar seus direitos.

As estratégias ardilosas das empresas representam a sua hegemonia e atuação em uma lógica de dominação que não permite que os indivíduos se apropriem de todos os elementos que estão postos nessa relação.

Qualquer forma de dominação injusta depende do estreitamento do universo reflexivo [...] sempre que a reflexividade humana não pode se expandir até a última cadeia causal que explica um fenômeno, este pode ser utilizado para fins de manipulação ideológica (SOUZA, 2011, p. 44).

D^a. Vitória e Sr. José possuem consciência da situação vivida, entendem que seu modo de vida está sendo atropelado por uma nova ordem social, considerada a era moderna, mas não perdem a crença de que tudo ainda poderá continuar do jeito como sempre foi.

Continuando com o pensamento de Martins (2002):

É essencial reconhecer os ardis da sociedade contemporânea, os obscurecimentos de que ela se reveste para fazer do autoengano um meio de persistência e reprodução. A exclusão nos fala de situações objetivas de privação, mas não nos fala tudo nem nos fala o essencial (p. 43).

As vantagens que tais empreendimentos acenam, não mostram os impactos sociais e ambientais, somente a promessa de elevação do número de empregos, de expansão do crédito e no conseqüente aumento do consumo, fazendo com que qualquer levante contra a construção das obras seja desqualificado. Todas essas vantagens servem para justificar as altas taxas de lucro dos empreendimentos e tentam também vender a ideia de que estão a serviço do combate à pobreza e da fome. Afinal, a palavra da vez é o desenvolvimento (in)sustentável, que aparece enquanto discurso de inclusão.

A despeito disso, o que acontece, é um processo de contradição, onde existem vítimas de processos sociais, políticos, econômicos e excludentes. São problemas históricos, pois há tempos pessoas são expulsas do campo ou das grandes cidades sob a desculpa que tais atos acontecem em nome do desenvolvimento econômico e social.

De acordo com Wanderley (2010),

[...] se a exclusão social tem sido enfatizada ultimamente como a forma atual da pobreza, e que sem dúvida merece uma atenção especial e urgente, não se pode olvidar que ela não é um estado social dado, mas o resultado do modelo de desenvolvimento seguido, de sequelas de um processo secular e que adquire novos contornos com o processo da globalização e dos programas neoliberais (p. 139).

Outro personagem de minha trajetória nesta pesquisa é o Sr. Leopoldo. Eu o conheci em julho de 2010, quando fui conversar com a religiosa e ela me disse que ia ter uma reunião no Centro de Promoção Humana com os pescadores para falarem sobre a reunião que iria acontecer junto à COPEL. Fui autorizada a participar dessa reunião e fui apresentada ao Sr. Leopoldo, que é o presidente da Associação dos Pescadores. Isso foi pela manhã e eles combinaram que iriam entrar juntos nessa reunião, que o Sr. Leopoldo falaria por todos e que eles não iriam aceitar qualquer acordo, só se o acordo fosse bom para o grupo. Naquele

momento havia um senso de *comunitas*, de pertencimento a um grupo, onde todos partilhavam a mesma opinião e estavam unidos pelo mesmo objetivo: lutar pelos seus direitos.

Sawaia (2012), ao estudar um grupo de mulheres faveladas, constatou que quando há um “sentimento de pertencimento que se apresenta como forma de resistência contra a sociedade excludente, exploradora e competitiva, pode-se notar que dessas relações nasce um sentimento de solidariedade, cidadania e alteridade” (p. 166).

Temos que pensar nessas alternativas no campo popular, onde possamos discutir sobre o fortalecimento dos *sujeitos coletivos* nesse campo de pesquisa. Eder Sader (1988 apud WADERLEY, 1992, p. 145), se refere a estes sujeitos como “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. O mesmo autor fala que não existe um “sujeito social pré-fixado para a transformação social” (idem).

A psicologia social também compartilha da mesma opinião ao acreditar que estes sujeitos se constroem socialmente, na medida em que transformam a si mesmos e à própria sociedade. Para isso, é necessário criar esta identidade comum, esse sentimento de comunidade, de solidariedade entre os sujeitos envolvidos nesse projeto de transformação que envolve definição de estratégias, metas e planejamento.

Foi isso que a Irmã, com a sua experiência em movimento social, buscou criar ao reunir os pescadores no Centro de Promoção Humana. À tarde, quando nos encontramos em frente à COPEL, esse sentimento de solidariedade foi logo quebrado. Fomos recebidos pelo advogado da empresa, rapaz jovem e bem vestido que, prontamente nos avisou que a reunião aconteceria individualmente e que, no máximo, poderiam entrar marido e mulher.

Os pescadores inicialmente resmungaram, falaram entre si, mas o advogado foi enfático: “Ou é assim ou não haverá conversa com ninguém”. Os pescadores aceitaram a condição e a reunião foi iniciada.

À medida que os pescadores iam saindo, começou um burburinho na porta da empresa. Aproximei-me e perguntei o que havia sido dito. Sr. Leopoldo falou em voz alta:

É, a gente vai ter que ver bem certo quem tem documento de pesca, quem é pescador de verdade, porque quem pesca só por lazer e está aqui querendo receber alguma coisa, a gente vai ter que dizer que não é pescador, como eu sei que tem gente aqui que trabalha durante a semana de pedreiro e pesca só no fim de semana (SIC).

Os ânimos foram ficando alterados e a conversa foi ganhando força. Até que o Sr. Leopoldo me explicou que o advogado disse ter 'X' em dinheiro para pagar de indenização e que os pescadores deveriam ser sinceros e ajudar o consórcio a identificar quem de fato era pescador, ou seja, quem vivia de pesca para que as indenizações pudessem ser pagas.

Quando retornei a Telêmaco Borba, em julho de 2011, estava ansiosa para saber como o Sr. Leopoldo administrou aquele conflito:

Tá, eu lembro, isso aconteceu, mas os pescadores que a associação indicou como pescador e, além de indicar, ele teve que comprovar com documento que é pescador, está tudo bem. Estamos todos recebendo um salário mínimo. Foi feito um senso, como que eu posso dizer, um levantamento e foi constatado que todos nós tirávamos em média, por mês, 2 e 3 salários mínimos e foi em outubro do ano passado que a gente conseguiu chegar num consenso. Eu fui mal interpretado no modo de falar lá em Ortigueira, isso aconteceu porque eu fui falar e a Aline (funcionária do consórcio) entendeu que eu disse uma coisa, mas era outra, mas eu falei de outro modo, mas eu quis que ela entendesse que era 2 salários e meio, mas ela insinuou que eu estava sendo grosseiro e querendo mais do que era. Ela induziu eu falar que era 1 salário e eu fui muito franco ao dizer que não, que era 2 salários e meio. Eu acho que machucou ela no modo que eu falei e depois eu me senti na obrigação de pedir desculpas, porque eu sei que fui mal educado (SIC).

Mesmo tendo seus direitos tomados pelo consórcio e sendo praticamente forçado a concordar com algo que não concorda, Sr. Leopoldo sentiu-se na *obrigação* de desculpar-se pelo teor das discussões.

O acordo que Sr. Leopoldo relata foi o acordo feito entre os pescadores e o consórcio *Cruzeiro do Sul*, mediado pelo Ministério Público, no qual ficou acertado que os pescadores, a partir daquela data, passariam a receber um salário mínimo por mês.

Para chegar nesse acordo, o consórcio argumentou de todas as maneiras possíveis, a fim de conseguir diminuir o valor a ser pago. Não foi fácil chegar em um consenso: alguns pescadores reivindicavam três salários mínimos por mês, outros diziam que dois eram o suficiente. Tendo em vista toda essa discussão, o Ministério

Público propôs que os pescadores recebessem dois salários e meio, proposta recusada pelo consórcio.

Como já fazia um ano que os pescadores estavam proibidos de pescar e estavam vivendo com a ajuda de parentes e amigos, resolveram aceitar a proposta feita pelo consórcio de um salário mínimo por mês até o valor da indenização ser acertado. O consórcio venceu os pescadores no cansaço. Sem pescar, eles não tinham como sobreviver e brigar por um valor mais justo levaria mais tempo, então, o jeito foi aceitar o que foi proposto e tentar brigar por uma indenização maior no futuro.

Sr. Leopoldo ficou contrariado com o valor, pois ele argumenta que, por ano, eles atingiam um faturamento que variava entre 18 a 20 mil reais, pois ele e os outros pescadores abasteciam os supermercados da cidade, eram os fornecedores de peixe em Telêmaco Borba e quando podiam vendiam para as cidades vizinhas.

Sr. Leopoldo mora em uma casa confortável de alvenaria, bem montada, com bons móveis e eletrodomésticos. Possui carro próprio, seminovo e tudo isso foi adquirido através da pesca. Sua esposa e as três filhas sempre o ajudaram. A esposa ia para o rio pescar com ele e as filhas ajudavam a limpar e empacotar o peixe para ser vendido. Sr. Leopoldo se orgulha de ter conseguido pagar a faculdade para as duas filhas mais velhas e a mais nova está cursando magistério.

Em um dos encontros realizados com Sr. Leopoldo e a Irmã, combinamos de ir visitar o canteiro de obras da usina. Saímos pela manhã e viajamos cerca de 60 km de estrada de terra até o município de Ortigueira, pois lá havia uma entrada para o canteiro de obras, mas a obra não estava aberta para visitação. Durante o trajeto, fomos conversando sobre a constru o da usina e o Sr. Leopoldo foi me contando como era difícil mobilizar as pessoas, convencê-las a brigar e fazer manifesta es. Ele relatou que os pescadores têm medo de sofrer represálias, ficarem marcados pelo consórcio e no fim não receberem nada, porque o consórcio poderia ficar com raiva deles e não querer pag -los. Nesse momento de seu relato a Irmã suspirou e disse: "Ai que saudade da Ditadura, porque era fácil mobilizar pessoas naquela época". Ela recordou os tempos em que brigou contra a constru o de Itaipu, nos quais os atingidos conseguiram formar resistência mesmo estando em plena ditadura militar.

Sr. Leopoldo interrompe e diz:

A gente podia ter brigado pra receber mais? Lógico que poderia ter sido diferente, mas foi como o pessoal do consórcio falou: 'Se a gente aceitasse o acordo nas condições que estavam sendo colocadas, nós iríamos receber logo. Se fosse brigar para receber mais, iria demorar a receber e já têm muitos pescadores necessitados'. Nós vínhamos mais de um ano sem ter dinheiro, passando necessidade, então a gente achou melhor assinar e receber logo o que eles estavam oferecendo. Então, para acabar com isso de uma vez, a gente achou melhor aceitar e receber nosso dinheiro de uma vez. Teve uma reunião que eu não me lembro se foi em Londrina e uma pessoa do consórcio nos disse que talvez a melhor alternativa seria a gente ir embora daqui de Telêmaco, procurar outro lugar para morar. É ele disse pra gente achar outro lugar que dá peixe e ir embora, tentar a vida em outro lugar, que ele podia ajudar com alguma coisa caso a gente aceitasse ir embora. Mas aí comentamos: 'A gente tem nossas raiz na cidade e não podemos ir embora, eu tenho minhas filhas, minha casa, enfim as minhas coisas' (SIC).

Para Martins (2002),

[...] a exclusão é o sintoma grave de uma transformação social que vem rapidamente fazendo de todos os seres humanos seres descartáveis, reduzidos à condição de coisa, forma extrema de vivência da alienação e da coisificação da pessoa, que Marx já apontara em seus estudos sobre o capitalismo (p. 20).

Ao ser tratado como excluído dentro do sistema produtivo, não resta muitas alternativas ao grupo de pescadores, afinal, já foi descartado e nem ao menos um movimento de greve pode fazer porque já perdeu o direito ao trabalho (não pode mais pescar) e, ainda assim, assimila que esta condição é o que lhe cabe no momento e cai no fatalismo aceitando que não há possibilidade de reverter esta condição em que se encontra.

Assim, o grupo de pescadores atua no desespero, no *salve-se quem puder*. No grupo não se configurou um coletivo, portanto, a resistência não pode ser configurada, cada um foi resistindo ao seu jeito, muito mais se protegendo daquilo que acreditaria ser pior. Cada um atuou com a sua arma, ficou com a sua crença, alguns com medo de perder tudo e não *ganhar* nada, aceitando assim, a proposta imposta pelo consórcio.

Quando pergunto por que não foram para um conflito mais acirrado, Sr. Leopoldo me conta o que ele pensa do consórcio:

A intenção deles é assim, eu acredito que seja isso, vamos fragilizar eles, vamos judiando devagar, devagar porque já passou um ano e pouco e o processo está suspenso e eu sei que eles estão dando risada de nós (referindo-se ao consórcio). Só que com isso vem a desunião, os pescadores ficam desacreditados, com medo de não receber nada, as contas chegam todo mês nas nossas casas. Os caras vão se fragilizando porque vê tanta coisa errada que eles pensam 'não vamos fazer assim (lutar) porque senão eles vão fazer isso (maldade) com nós' (SIC).

A Irmã nos diz:

Não é tanto uma maldade, eles também são vítimas do sistema de produzir, agora o que a gente critica muito é a falta de agilidade da parte da administração, da falta de assertividade de fazer aquilo que eles podem fazer, devem fazer e não fazem. Eles sabem disso, ele está lá, por que protelar tanto? Muita gente perdeu um ano de serviço. Falou que vocês não podiam pescar, desde 2010 ficaram sem trabalhar. Perderam um ano de emprego e teve gente que perdeu a propriedade. Por que não facilitar? Agilizar, humanizar um pouco a situação? Muita gente pediu indenização por um ano de trabalho. Vão receber a indenização, já receberam, mas não vão ganhar o ano perdido, então isso vai empobrecendo, vai empobrecendo mais ainda do que já está pobre. Então isso vai dificultando, eu não vejo razão pra isso, pra essa desumanidade, tão lento, tão amarrada nas coisas, porque esse aqui não era tanta gente, tantas pessoas para cuidar, então imagine os outros lugares, o que vai ser feito? Que tem doze mil pessoas (aqui ela se refere à construção da Usina de Belo Monte e as outras grandes obras que serão feitas por todo país) (SIC).

As inquietações da Irmã são de primeira importância. Já que esses projetos são inevitáveis, não ficarão apenas no papel e serão concretizados na vida real, por que então, não fazê-los de forma mais humana, menos penosa para os atingidos? Essas perguntas deveriam orientar os planos de políticas públicas de nossos governantes, incorporando os custos sociais e humanos nos projetos de forma mais justa e menos demorada, achando alternativas que sejam viáveis para que a vida dessas pessoas possa seguir em frente com o menor dano possível.

6.4. O QUE ESPERAR DO FUTURO

Ao pensarmos sobre o futuro, temos que tentar fazer o exercício de pensar como eles se colocam frente a este desafio. Será que terão condições de pensar em um futuro? Ter planos? Ter possibilidades de realização efetiva? E o trabalho/atividade como fica? Não se trata de pessoas que deixaram o campo e vieram tentar a vida na cidade, não estamos falando de um Brasil de migrantes

nordestinos que, por necessidade de sobrevivência, tempos atrás fugiam da seca do nordeste e vinham para o sudeste em busca de uma profissão, tendo a possibilidade de reconfigurar a sua atividade deixando de ser agricultor familiar e passando a ser operário. Os atingidos não puderam fazer esta escolha.

D^a. Vitória traz em sua fala a desesperança:

Ah, minha vida daqui pra frente é daqui pra pior, pois você vê, a gente vai ficando mais velho e a coisa fica mais difícil, a gente vai se acabando, porque vai entrando aquilo na cabeça da gente, eu acho que agora, se eu tivesse um lugar que eles me desse pra poder plantar, pra poder viver, ficar mexendo na terra, daí a gente podia ser melhor. O futuro... Eu acho que do jeito que tá, não dá pra pensar no futuro, eu acho que é isso, né? O dom da vida da gente é plantar e, ter onde plantar é ter o que fazer e viver mais tranquilo. Porque, você veja, a gente fica aqui fechadinho com a mente fechada, né? Isso não é bom pra cabeça da gente, né? (SIC).

Nesse momento D^a. Vitória indica o desejo de seguir trabalhando, exercendo sua atividade de plantar e pescar. Se para um operário que possui uma rotina de trabalho estafante, aposentar-se significa parar de trabalhar, para D^a. Vitória aposentar-se significa continuar plantando uma coisinha aqui, outra ali, de vez em quando pescar um peixe, é esse o futuro que ela deseja.

Em julho de 2012 voltei à casa de D^a. Vitória e ela encontrava-se contente. O consórcio havia entrado em contato com ela e lhe oferecido um pedaço de terra localizado antes da represa, ou seja, ela voltaria a ter o rio e a terra. O Ministério Público soube da história de D^a. Vitória por intermédio da Irmã e entrou com um pedido para que o consórcio reparasse o dano e devolvesse a D^a. Vitória e Sr. Leopoldo a terra que eles tanto queriam e que lhes era de direito.

Afinal, para D^a. Vitória e Sr. Leopoldo, o sentido de envelhecer e seguir tocando a vida necessita apenas disso: um canto para que possam ter espaço para criar uma vaca, ter galinhas, pomar, peixe, mandioca e tudo o que for possível plantar para reunir a família aos finais de semana e celebrar a vida.

O papel do lugar é determinante, não significa apenas um pedaço de terra ou um rio, mas a representação do lugar vivido, isto é, das experiências de vida, das heranças dos antepassados e a certeza de que aquele lugar lhe assegura um modo de vida que lhe é peculiar.

O que o Sr. Leopoldo pensa sobre o futuro:

Eu acho que é “meia vã” a esperança pro futuro. Eu espero que tenha turismo ecológico, né? Porque peixes, mesmo pra nós que somos pescador, eu acho que não vai ter. Eu mesmo, particularmente, vou tentar lidar com o turismo, porque o peixe mesmo vai demorar a se estabilizar. Eu vou tentar a vida com alguma coisa, né? Em relação ao turismo, passeios na região do lago, porque a gente conhece tudo por aí, então talvez seja isso, um guia turístico, talvez seja isso. Já cheguei a morar em lugar, morar não, pescar em lugar que já tinha represa e então já tem como trabalhar o turismo. A gente pensa em turismo pesqueiro, em pescar, mas eu acho que isso não vai ser, vai ser alguma coisa do ecológico, voltado pro ecológico. Então comprar alguns barcos e trabalhar nesse ritmo, ou quem sabe capacitar alguma pessoa da própria família pra servir de guia e poder trabalhar também (SIC).

Nota-se na fala do Sr. Leopoldo o quanto ele já se conformou com a nova configuração social que está posta a partir da construção da usina, ele já nem fala mais em pescar, em voltar a exercer a atividade que fez parte de toda sua vida. Parece que já internalizou que existe uma ordem *natural*, que é assim que as coisas acontecem, se refletindo no conformismo, na passividade e na valorização da obediência que se caracteriza, por exemplo, na educação que recebemos desde pequenos.

O capitalismo e o pensamento hegemônico vigente penetram em nossa sociedade e adquirem status de cultura, caindo no senso comum e levando-nos a transmiti-los através das palavras que usamos, dos produtos que consumimos e de várias outras formas, constituindo-se em sua forma de sobrevivência, por meio da naturalização e do senso comum. Há uma construção ideológica que diz assim: “Deus vai dando conforme a gente vai precisando, a vida é assim mesmo” – isso se caracteriza num conformismo atroz. E quando estas obras – sejam no setor hidrelétrico, na área portuária, na ampliação de metrô, na construção de estádios entre outros –, chegam oferecendo vantagens, as pessoas que são atingidas são largadas à própria sorte. Por isso, pensar no futuro remete a isso: a tentar entender o que está acontecendo e tentar achar alternativas para se sentir incluído nesta nova ordem social. É o que o Sr. Leopoldo nos diz. Ele nem sabe bem o quê, mas já entendeu que pescador não poderá ser mais, então, o jeito é tentar achar outra atividade para seguir em frente.

Sr. Leopoldo e os pescadores estão na expectativa da construção da sede da *Associação dos Pescadores* – conquista da categoria com a ajuda do Ministério Público que interveio junto ao consórcio e acordou que os pescadores receberão um pedaço de terra com um barracão de alvenaria para guardar os barcos, com píer e uma casa onde será a sede da *Associação dos Pescadores*. Acompanhei o Sr. Leopoldo e outros pescadores no dia em que o topógrafo do consórcio foi até o local para passar as informações da obra e acertar detalhes. Trata-se de um belo terreno que dará acesso ao lago da usina.

Todavia, eles terão a *Associação dos Pescadores* com píer e toda estrutura, mas a pesca continuará proibida até segunda ordem, afinal, o lago precisa se formar por completo e aguardar aproximadamente cinco anos para ver como se comportará e que tipo de peixe sobreviverá ao novo lugar, pois o rio Tibagi era um rio de corredeiras e com muitas pedras, não sendo muito profundo. Portanto, o lago será muito mais profundo e em nada se parecerá com o rio. Só o tempo poderá dizer que tipo de peixe se adaptará ao rio represado e quando de fato a pesca será liberada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desta dissertação procuraram evidenciar as consequências do processo de construção da Usina Hidrelétrica de Mauá a partir da ótica dos atingidos, a qual afetou diretamente várias famílias que tinham um modo de vida que misturava o rural com o urbano. Partindo deste objetivo, buscou-se fazer uma reflexão sobre as controvérsias e os conflitos ocasionados por estes empreendimentos e o papel que essas comunidades desempenham frente às negociações e como estas são feitas.

Nesse sentido, a análise do processo de execução deste tipo de obra nos mostra como estes projetos representam um campo de diferentes conflitos, cujo debate não fica restrito somente à implementação destas obras, mas aponta para o projeto de desenvolvimento vigente que está a serviço da expansão do capital.

Este modelo de desenvolvimento tem causado graves consequências para diversos setores sociais que ficam com o ônus dos grandes investimentos, sem usufruir dos benefícios. Neste estudo, a parcela sacrificada foram agricultores, apicultores, pescadores e garimpeiros.

As motivações e interesses para a construção de usinas, portos, estradas, refinarias de petróleo e estádios para grandes eventos, encontram-se nos planos de infraestrutura do governo que visa à expansão e desenvolvimento do país.

Desta forma, o questionamento que se faz é quanto ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que não atinge a todas as camadas sociais, mas, ao contrário, produz a exclusão de populações que muitas vezes já viviam às margens da sociedade e que após as grandes obras continuaram esquecidas pelo governo. Assim, o suposto plano de desenvolvimento acaba por aumentar as desigualdades e perpetua as disparidades entre as classes sociais.

Acredita-se que, muito mais do que posicionar-se contra ou a favor das obras, precisamos ter em mente que, enquanto houver capital mediando a relação de trabalho, há que se pensar e projetar modelos de desenvolvimento que caibam mais humanos. Modelos que não se restrinjam apenas à permanência na terra, obtenção de indenizações ou reassentamentos. O desejo é de preservar um modo de vida que não significa apenas estar em contato com a natureza, mas uma relação econômico-cultural, pois dali eles tiravam seu sustento, garantiam comida no prato e valorizavam sua experiência e história. Aos olhos de muitos, era uma forma de vida precária, mas, independente deste julgamento supérfluo, continua sendo um modo de vida.

Quando me interessei pelo tema e vi a faixa em frente à igreja se posicionando contra a construção da usina, pensei que encontraria um grande grupo de resistência. Acreditei que aquela faixa estava colocada lá para espantar as empresas e máquinas que pudessem querer entrar na cidade para derrubar qualquer casa que estivesse impedindo a obra. Para a minha surpresa, encontrei apenas uma religiosa que se posicionava contra a construção da usina e um grupo de pescadores que mostrava certa resistência – mas, em sua mobilização, não questionava a viabilidade da obra e sim a garantia de seus direitos.

Tal comportamento me pareceu justificado, tendo em vista que o modelo econômico prega tantos benefícios em relação a essas obras que, aqueles que resistem são vistos como atrasados, como contrários aos interesses da nação. Por isso, ao invés de resistir, resta-lhes desistir.

Ao optar pela desistência, os relatos que ouvi vieram recheados de dor, sofrimento, saúde comprometida e sentimento de vazio em consequência da perda

das terras, da atividade e do modo que viviam. Os relatos desta pesquisa já se apresentavam com sentimento de derrota, de que nada poderia ser feito.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar em uma práxis psicossocial que trabalhe com o fortalecimento destes grupos e seja capaz de criar um sentimento de comunidade, legitimando a sua causa e fazendo com que se compreenda a importância de resistir. Tudo isso só poderá ser feito através de bons contatos, de encontros que proporcionem a reflexão e a construção de vínculos e sentimentos. Através do fortalecimento dos laços de afetos, talvez possamos mobilizar estes grupos para a busca da justiça social.

Através desta pesquisa aprendi que para mobilizar os grupos em sua luta precisamos conhecê-los e conhecer a realidade que está a nossa volta, para que possamos fazer um trabalho organizativo melhor fundamentado. Precisamos voltar nosso olhar para estes sujeitos, que relações eles estabelecem, como vivem, como se relacionam, qual a sua historicidade, cultura e quais as contradições da sua realidade.

Este exercício só me foi permitido através do método utilizado neste estudo, pois o método materialista histórico dialético me estimulou a este exercício de reflexão. Sinto que esta pesquisa poderia ter aprofundado mais o campo das relações grupais, mas tendo em vista a distância da cidade de Telêmaco Borba de São Paulo e o tempo de duração do mestrado, este tipo de intervenção ficou impossibilitado.

Porém, deixo registrado meu desejo de dar continuidade a este trabalho, no qual eu possa construir junto a algum grupo o sentimento de pertencimento e que assim possamos formar uma resistência. E o que seria resistir? Seria não desistir. Penso que esse seria um compromisso ético enquanto pesquisadora: ajudar a construir uma identidade de comunidade que fosse a base da resistência. Penso que a resistência poderia reduzir o sofrimento ou talvez não. Aprendi que o pesquisador também é sujeito ativo e exerce papel importante no projeto de transformação da realidade social no qual está inserido.

A nossa práxis tem que estar comprometida com esses grupos que são desvalorizados socialmente e que estão sendo violentamente extirpados da sua identidade e dos seus direitos. Já que temos a consciência de que tudo isso gera um sofrimento, cabe-nos descrever, contar estas histórias e denunciar os abusos de poder que são exercidos frequentemente sobre estes grupos, seja através das empresas ou do próprio Estado.

Com tudo isso, fica também o sentimento de dever cumprido, a história destas pessoas foi contada, o sofrimento está aqui registrado e serve de exemplo para a busca de políticas públicas e de defesa de direitos para as próximas comunidades que serão impactadas por qualquer obra que esteja a serviço do desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, W. M. J.; LIEBESNY, B.; MARCHESAN, E. C.; SANCHES, S. G. Reflexões sobre sentido e significado. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (orgs.). **A Dimensão Subjetiva da Realidade: Uma Leitura Sócio-Histórica**. São Paulo: Cortez, 2009.

BELFIORE-WANDERLEY, M. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**. 12ª. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

BENINCÁ, D. **Água e energia para vida: o movimento dos atingidos por barragens (1991-2009)**. 2010. 266 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BERENCHTEIN NETTO, N. **Suicídio: uma análise a partir do materialismo histórico dialético**. 2007. 168 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BENTIVI, D. R. C. **Da lavoura ao concreto: os impactos sociais causados pela construção da refinaria Premium I em Bacabeira/MA**. 2012. 133 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BOCK, A. M. B. et al. **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 3ª. ed. São Paulo: Educ., 2010.

CASTELO, R. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões**. Tradução: Carlos Afonso Malferrari. 2000. Disponível em: www.adams.org

_____. **Ato em defesa do rio Tibagi encerra semana de luta contra barragens e pela preservação das águas no Paraná**. Disponível em: www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=320&eid=127. Acesso em: 06/06/2009.

_____. **Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Mauá é permeado por omissões, fraudes e ilegalidades.** Disponível em: www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=363&id=127. Acesso em: 06/06/2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Comissão Mundial analisa impactos das barragens.** Disponível em: www.socioambiental.org/websiteparabolicas/edicoes/edicao53/reportag/p06.htm. Acesso em: 11/05/2012.

CONSÓRCIO CRUZEIRO DO SUL. **Indenizações e Relatório Sócio Econômico.** Disponível em: www.usinamaua.com.br. Acesso em: 05/07/2012

FRANKLIN D. R. **Vidas alagadas:** conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa/MG: UFV, 2008. pp. 39-63.

DELARI JUNIOR, A. **Consciência e linguagem em Vigotski:** aproximações ao debate sobre a subjetividade. 2000. 224 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

_____. **Questões de método em Vigotski:** busca da verdade e caminhos da cognição. 2011. Disponível em: http://www.vigotski.net/uem-metodo_artigo.pdf. Acesso em: 10/08/2012.

DOWBOR, L. **A formação do capitalismo no Brasil:** ensaio teórico. 2ª. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2009.

FOSCHIERA, A. A. Conhecendo a Trajetória de Organização dos Atingidos por Barragens. In: **Caminho de Geografia.** Disponível em: www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html. Acesso em: 28/06/2011.

_____. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos:** a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2009. 344 p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente/SP.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M. B. et al. **Psicologia Sócio-Histórica:** uma perspectiva crítica em psicologia. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FURTADO; SVARTMAN. Trabalho e Alienação. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (orgs.). **A Dimensão Subjetiva da Realidade:** Uma Leitura Sócio-Histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana.** 1ª. ed. Barcelona: Península, 2002.

KAHHALE, E. M. S. P.; ROSA, E. Z. A construção de um saber crítico em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (orgs.). **A Dimensão Subjetiva da Realidade:** Uma Leitura Sócio-Histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEONTIEV, A. N. **Desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
 _____. **Atividade, consciência y personalidade**. Havana: Editorial Pueblo e Educación, 1983.

MARTINS, J. S. A. **sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2012.

MARANHÃO, C. H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. In: FERNANDES, F. (org.). **Marx e Engels**: história. São Paulo: Ática, 1989. Coleção Grandes Cientistas Sociais. pp. 147-181.

_____. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846/ Karl Marx e Friedrich Engels). Organização, tradução, prefácio e notas de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**. Vol. 1. Livro primeiro: O processo de produção do capital, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas. pp. 149-150

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Portaria N. 179, de 19 de abril de 2012**. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acesso em: 20/08/2012.

MOTA, A. E. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In: MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **MAB e Ministério Público Federal discutem direito dos atingidos pela UHE Mauá**. Disponível em: www.mabnacional.org.br. Acesso em: 05/08/2010.

_____. **Decreto assinado pelo Presidente Lula no dia 27/10/2010.** Disponível em: www.mabnacional.org.br. Acesso em: 19/04/2012.

_____. **Decreto assinado pela Presidente Dilma.** Disponível em: www.mabnacional.org.br. Acesso em: 20/07/2012.

MOLER, L. B. **Nosso modo de vida vale a pena:** um estudo sobre pescadores artesanais maranhenses. 2011. 101 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. (org.). **O leitor de MARX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NUTI, M. R. Análise das estimativas de população atingida por projetos hidroelétricos. In: VERDUM, R.; BALAZOTE, A. O. et al (orgs.). **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais.** Brasília: Inesc, 2007. p. 57.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013. Acesso em: 12/08/2010.

_____. **Pobreza e Desigualdade:** Brasil sobe quatro posições no novo IDH; avanço é o mais expressivo de 2009 a 2010. Disponível em: www.pnud.org.br/pobrezadesigualdade/reportagens/index.php?id01=3596&lay=pde. Acesso em: 12/08/2010.

POCHMANN, M. **Novo padrão de mudança social.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/ind/e17112010.htm>. Acesso em: 17/11/2010.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. **Investimentos em Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico e Social.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/investimentos>. Acesso em: 07/07/2010.

_____. **Medidas Institucionais e Econômicas para o Crescimento do País.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/investimentos>. Acesso em: 07/07/2010.

ROSSLER, J. H. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. **Cad. CEDES** [online]. 2004, vol. 24, n. 62, pp. 100-116. ISSN 0101-3262.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SAWAIA, B. **A consciência em construção no trabalho de construção da existência**: uma análise psicossocial de processo de consciência de mulheres faveladas participantes de movimentos urbanos de reivindicação social e de um grupo de produção de artesanato. 1987. 319 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

_____. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**. 12^a. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

_____. Dimensão ético-afetiva do adoecer na classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA B. B. (orgs.). **Novas veredas da Psicologia Social**. 1^a. ed. 1^a reimpressão. São Paulo: Brasiliense; Educ, 2011.

SEVÁ FILHO, A. O. **Estranhas Catedrais**. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/profseva/SEVA_estranshascatedrais_a14v60n3.pdf. Acesso em: 20/08/2012.

SIGAUD, L. **O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais**: o caso das grandes barragens. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs0018/rbcs1802.htm>. Acesso em: 20/07/2012.

SOBRE o Capital Hidrelétrico. Disponível em: <http://www.dceunicamp.org.br>. Acesso em: 28/08/2012.

SILVA, F. G. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicol. educ.** [online]. 2009, n. 28, pp. 169-195. ISSN 1414-6975.

SCOTTO, G.; CARVALHO, C. M.; GUIMARÃES, B. L. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

TASSARA, E. T. O. **Urbanidade e periurbanidade(s)**. Reflexões sobre dimensões psicossociais das dinâmicas históricas. Série Documental Eicos. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), v. 17, p. 119, 2007.

USINA MAUÁ. **Histórico e Apresentação do Projeto da UHE Mauá**. Disponível em: <http://www.usinamaua.com.br/interna.asp?c=588&m=473>. Acesso em: 10/08/2010

VAINER, C. B. O conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. **O conceito de atingido**: uma revisão do debate e diretrizes. IPPUR, julho/2005. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 01-23.

VERDUM, R. Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais. In: VERDUM, R.; BALAZOTE, A. O. et al (orgs.). **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: Inesc, 2007.

VÉRAS, M. P. B. Exclusão social: um problema de 500 anos. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**. 12ª. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

VIEIRA, L. **Cidadania e Globalização**. 8ª. ed., Rio de Janeiro: Record, 2005.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. COLE et al (orgs.). São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Teoria e método em Psicologia**. Tradução: Claudia Berliner. 34ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **A construção do pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Obras escogidas**. 2ª ed. Vol. IV. Traducción: L. Kuper. Madrid: A. Machado Libros, 2006.

_____. **Obras Escogidas: Tomo III**. Madrid: Visor/MEC, 1995.

_____. **Obras Escogidas: Tomo II**. Madrid: Visor/MEC, 2001.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 3ª. ed. São Paulo: Educ., 2010.

PLANO Nacional de Energia 2030. Disponível em: <http://www.epe.gov.br>. Acesso em: 20/08/2012.

OS IMPACTOS ambientais e sociais da construção de usinas hidrelétricas. Disponível em: www.maternatura.org.br/hidretricas/guiaIeiaMaisOsimpactosAmbientaisEsociais.pdf. Acesso em: 20/08/2012.